CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 01

PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2023
(Contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho)

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 02

Quitandinha, 09 de abril de 2023.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS

Considerando o cronograma de implantação do e-social, a implantação da 4ª fase tornou-se obrigatória aos órgãos públicos em 01 de janeiro 2023 e nesta última fase deverão ser enviados os dados de segurança e saúde no trabalho. Sendo assim, há a necessidade de elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR01); LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho; e PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional.

Assim, considerando a existência de inúmeros empresas especializadas em saúde e segurança do trabalho, solicito a abertura de processo administrativo para contratação.

DANIEL ADELCIO CHEMIM DA SILVA
Diretor de Contabilidade e Recursos Humanos

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA
Fls. 03

Quitandinha, 10 de maio de 2023.

Senhor Presidente,

Venho por meio deste solicitar que seja aberto o Processo Administrativo para contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho.

A contratação se faz necessária tendo em vista a importância de garantir a saúde e a segurança dos servidores com medidas de controle e prevenção de riscos. Justifico ainda que essa contratação tem como objetivo levantar a existência de agentes nocivos que possam caracterizar insalubridade e/ou periculosidade.

Assim sendo, diante da justificativa apresentada, solicito autorização para realizar a abertura do processo administrativo.

Atenciosamente,

Thayrine Tharnara Tokarski
Diretora do Departamento Administrativo

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623 1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 04

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Tendo em vista a necessidade de contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho, determino a abertura do processo administrativo.

Encaminho o processo à Secretaria de Administração para que realize a elaboração do Termo de Referência e cotação de preços dos itens demandados.

Em seguida, o processo deve ser enviado ao setor Contábil e à Assessoria Jurídica da Câmara para verificação da viabilidade e depois à Comissão Permanente de Licitação (CPL) para deliberação.

Gabinete do Presidente, 10 de maio de 2023.

MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Considerando a determinação da Presidência de abertura de processo administrativo, instauro o presente processo administrativo sob nº 019/2023.

Certifico ainda que as cotações deverão ser feitas seguindo o **termo de referência** abaixo:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR FINAL
PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR01); LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho; PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional;	
O serviço deve ser prestado de forma remota e com visitas técnicas para o que necessário for. Sendo um total de 11 servidores.	

Quitandinha, 10 de maio de 2023.

THAYRINE THAMARA TOKARSKI
Diretora do Departamento Administrativo

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA

Proposta: 020 - 2023

CuidaSeg
Segurança e Medicina do Trabalho

Empresa: **CAMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA.**
Munícipio: QUITANDINHA/PR
Grau de Riscos: 02

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Elaboração dos Programas e Laudos de Segurança e Medicina do Trabalho mencionados abaixo, para adequação dos serviços e as futuras exigências do Programa eSocial.

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT;
Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP;
Programa Gerenciamento de Riscos – PGR;
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
Monitoramento periódico dos eventos de SST ao Programa eSocial;
Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (Gratuito) quando solicitado.

AVALIAÇÕES

As avaliações quantitativas de ruído e calor gratuito.

METODOLOGIA DE TRABALHO

A empresa determina uma data para a realização dos levantamentos e destina uma pessoa responsável pelo acompanhamento e repasse da descrição das atividades em cada setor de trabalho. As avaliações serão realizadas com equipamentos adequados e calibrados. As dosimetrias serão realizadas em setores e cargos indicados pela empresa e conforme necessidade verificada in loco. Outras medições que se fizerem necessárias poderão ser realizadas pelos profissionais quando estiverem presentes nas unidades, porém os custos de laboratório ficam por conta da contratante. Todos os documentos serão entregues impressos e digitais com emissão de ART.

Os serviços serão realizados pela empresa CuidaSeg, através de profissionais devidamente habilitados, bem como a realização de acordo com as Normas Regulamentadoras aprovada pela Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

INVESTIMENTO

O valor total para realização dos trabalhos é de R$ 2.950,00 (Dois mil novecentos e cinquenta reais), incluso todas as despesas de deslocamento, encargos trabalhistas e ART.

CONTATO

Endereço: Rua Dr. Mathias Piecnick, nº 941

Mafra/SC

Telefone: (47) 3271-9651

E-mail:
cuidaseg@cuidaseg.com.br

CÂMARA MUN. DE CURITIBANHA
Fls. 07

FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento pelos trabalhos mencionados acima poderá ser efetuado em até 3 vezes (entrada + 30/60) dias após a entrega dos materiais finalizados.

PRAZO DE ENTREGA

A execução dos serviços profissionais terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura dessa proposta.

MÓDULO SST - ESOCIAL

A empresa CuidaSeg atuante na área de prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, possui um software (RSData) especializado na gestão das rotinas da área de SST, contemplando as informações de PGR (NR01), PCMSO (NR07), LTCAT, LIP e monitoramento integrado de todas as atividades, permitindo maior agilidade aos processos e a transmissão de informações ao cliente. Tendo como objetivo ajudá-lo a cumprir com suas obrigações legais, garantindo maior segurança para sua empresa. Nosso papel é facilitar e garantir qualidade das informações que serão geradas e enviadas ao Programa e-Social, alertando sempre do que é necessário.

Mafra/SC, 12 de Maio de 2023.

Atenciosamente,

CuidaSeg Segurança e Medicina do Trabalho

R: Henrique Schwarz, 385 – Centro – São Bento do Sul / SC – CEP 89.280-115
Tel: (47) 3626-6230 / WhatsApp (47) 99658-9092
E-mail: tqa.engseg@gmail.com

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 08

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

COTAÇÃO

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR FINAL
PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR01); LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho; PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional;	R$1.600,00
O serviço deve ser prestado de forma remota e com visitas técnicas para o que necessário for. Sendo um total de 11 servidores.	

JOACAR LUIZ TONDELLO:50169823920
Assinado de forma digital por JOACAR LUIZ TONDELLO:50169823920
Dados: 2023.05.10 10:33:42 -03'00'

Joaçar Luiz Tondello
Eng. Segurança do Trabalho
CREA – SC 29005-8
ATQA Medicina e Segurança do Trabalho
CNPJ 05.251.127/0001-05

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO
Fls. 09

Curitiba, 15 de maio de 2023

Aos cuidados de: Thaline Kusdra.

Da Proposta

Dentro deste contexto, será parte desta proposta e de nossa responsabilidade, como Empresa Contratada, a:

- Elaboração do Programa de Saúde Médico Ocupacional – PCMSO, de acordo a NR 07.
- Elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, de acordo a NR 01.
- Elaboração de Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT, de acordo a NR 15.

Da realização dos Serviços

- Para realização dos serviços ora contratados, a CONTRATADA poderá utilizar-se de profissionais de seu corpo técnico próprio ou, ainda, de terceiros por ela indicados, sob sua responsabilidade, desde que capacitados a exercer as funções específicas para o perfeito cumprimento contratual.

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAIS
Fls. 10

Dos valores da proposta

Serviços	Valor
PGR / PCMSO / LTCAT	R$ 750,00

Formas de Pagamento

- Valor à vista - R$ 700,00 (setecentos reais), em até 03 (três) dias úteis a contar da data de aceite da proposta.

Após o vencimento, será cobrada uma multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

- Valor parcelado cartão – R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), em até 05 (cinco) vezes no cartão de crédito sem juros.

-*-

Em caso de aceite por favor encaminhe um e-mail para ibsolucoesemsst@gmail.com, declarando seu aceite e forma de pagamento.

Atenciosamente,
Iasmin Silva
Sócio Administradora da IB Soluções em SST.

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 11

COTAÇÃO

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR FINAL
PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR01); LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho; PCMSO – Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional;	**R$1800,00**
O serviço deve ser prestado de forma remota e com visitas técnicas para o que necessário for. Sendo um total de 11 funcionários.	

RODOLFO ANDRES MELO:70273627163

Assinado de forma digital por RODOLFO ANDRES MELO:70273627163
Dados: 2023.05.16 10:01:18 -03'00'

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 12

Quitandinha, 15 de maio de 2023.

CERTIDÃO

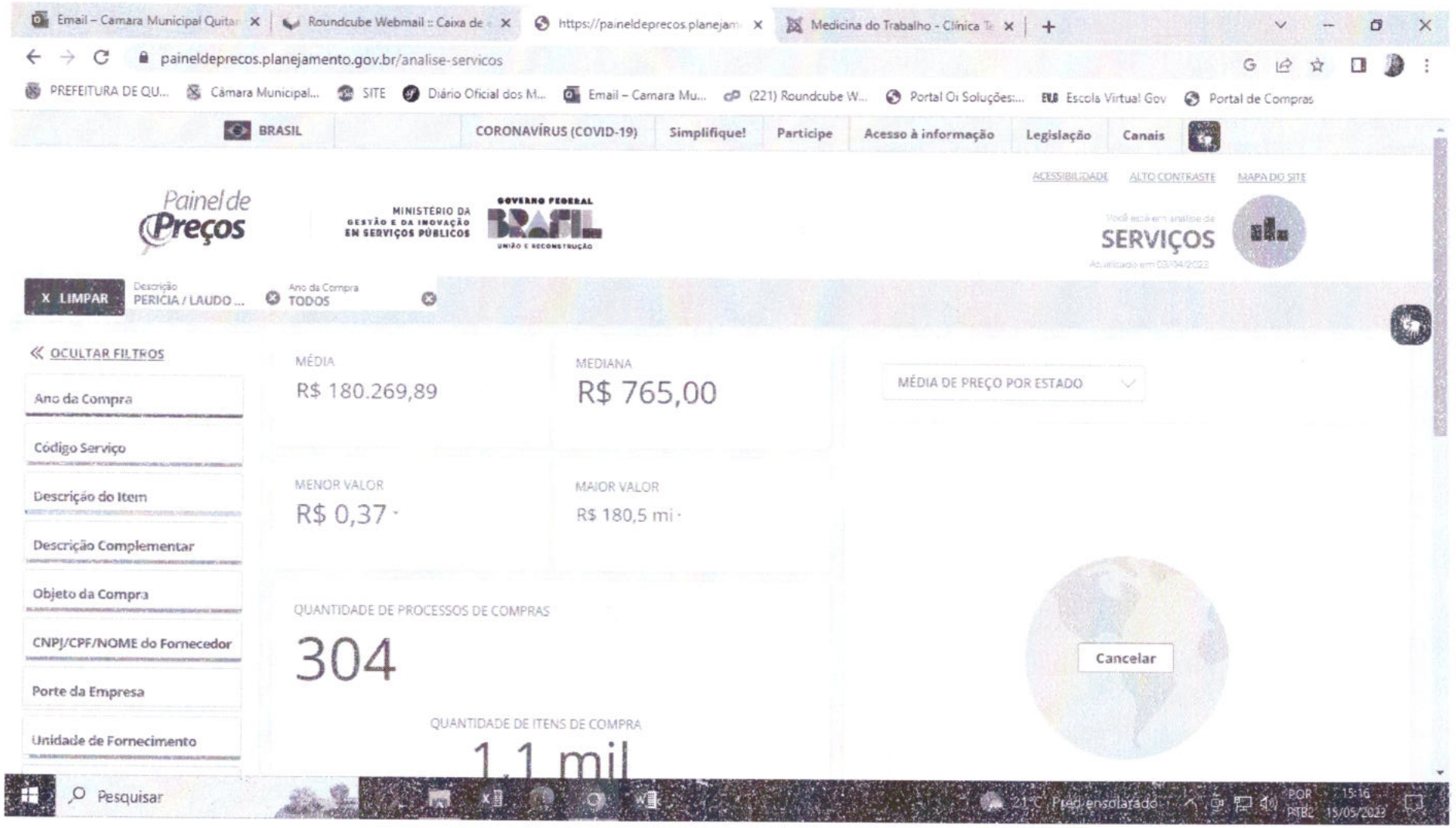
Certifico que foram realizadas cotações para a contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho, conforme as especificações contidas no termo de referência e foram obtidas a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR GLOBAL:
1º	IB SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO	**R$750,00**
2º	TQA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	**R$1.600,00**
3°	CMI CENTRO MÉDICO INTGRADO	**R$1.800,00**
4º	CUIDASEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	**R$2.950,00**

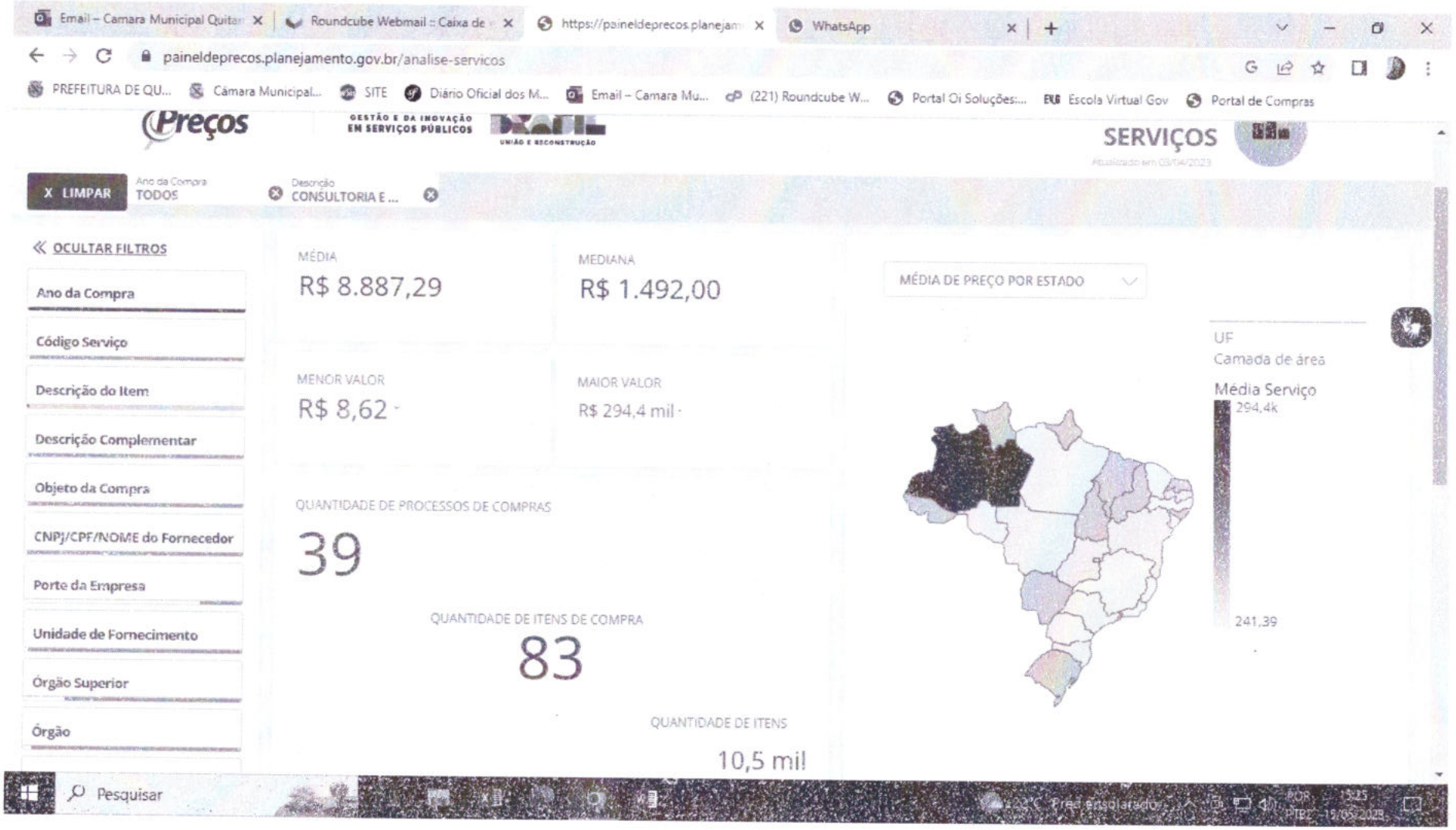
Certifico ainda que foram realizadas pesquisa no site PAINEL DE PREÇOS, cumprindo assim o disposto na Lei Municipal 1131/2019, de modo que os valores obtidos nas cotações estão dentro do valor de mercado.

Encaminho toda a documentação para emissão de parecer da Contabilidade, Jurídico e Comissão de Licitação para manifestação.

THAYRINE THAMARA TOKARSKI
Diretora do Departamento Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
Fls. 13



CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 44

CÂMARA MUN. DE GUARANDINHA
Fls. 15

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
49.242.187/0001-29 MATRIZ		18/01/2023

NOME EMPRESARIAL IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
IB SOLUCOES EM SEGURANCA DO TRABALHO	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PREFEITO JOÃO NESTER	343	APT 9

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.035-160	CIDADE JARDIM	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
IASMIN.SEG@GMAIL.COM	(41) 9192-6400/ (0000) 0000-0000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	18/01/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/05/2023** às **19:52:29** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA | VOLTAR | IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 16

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 49.242.187/0001-29
Certidão nº: 20490571/2023
Expedição: 15/05/2023, às 14:53:26
Validade: 11/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **49.242.187/0001-29, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 17

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030467648-40

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **49.242.187/0001-29**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 12/09/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (15/05/2023 14:46:16)

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA
CNPJ: 49.242.187/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:43:58 do dia 15/05/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/11/2023.
Código de controle da certidão: **C441.FF75.F1B2.72FC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 19

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2023

MAPA DE APURAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) recebe o processo administrativo nº19/2023 que foi aberto pela Secretaria de Administração e que tem como finalidade à contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho.

Foram solicitadas cotações de 04 (quatro) fornecedores sendo eles: Ib Soluções em Segurança do Trabalho, Tqa Segurança e Medicina do Trabalho, Cmi Centro Médico Intgrado e Cuidaseg Segurança e Medicina do Trabalho. Ao analisá-las foi verificado que não há disparidade significativa entre os valores apresentados e o preço praticado no mercado que foi conferido por meio de pesquisa em banco de dados de preços praticados em licitações realizadas por órgãos da Administração Pública (Painel de Preços do Ministério da Economia).

Considerando que o valor do objeto demandado é pequeno a Comissão Permanente de Licitação conclui que pode ocorrer a aquisição direta do produto por processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme previsto no Art. 24 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

As propostas das empresas foram classificadas pelo critério **MENOR PREÇO GLOBAL** e o resultado foi disposto na tabela abaixo. Em seguida, respeitada a ordem de classificação do certame, esta comissão verificou que a empresa **Ib Soluções em Segurança do Trabalho** inscrita sob o **CNPJ 49.242.187/0001-29** apresentou proposta de menor valor e procedeu à obtenção das certidões do primeiro colocado a fim de verificar a habilitação fiscal da empresa, sendo que ficou constatado que há irregularidade na esfera municipal e, em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Como empresa está enquadrada como Microempresa e conforme determina a lei complementar nº 123 de 2006 fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação para regularização da documentação, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, sob pena de ser considerado vencedor o segundo colocado.

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 20

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR GLOBAL:
1º	IB SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO	**R$750,00**
2º	TQA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	**R$1.600,00**
3º	CMI CENTRO MÉDICO INTGRADO	**R$1.800,00**
4º	CUIDASEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	**R$2.950,00**

Quitandinha, 15 de maio de 2023.

Isabela Maria Candido Tartaia
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Thaline Emanuele Kusdra
VICE-PRESIDENTE

Aliciane Cristina Koczkodai
de Quadros Andrade
MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Fernandes de Andrade, 839 - Centro –Fone (41) 3623 1443
E-mail: administrativo@camaradequitandinha.pr.gov.br Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 21

A :

IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA.

Sr (a).

Por meio deste, vimos cumprimentar- lhe cordialmente e informar que a empresa apresentou proposta de menor valor para a contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho. No entanto, ao buscar certidões de regularidade foi constatado que há pendências.

Conforme previsão legal, para que se possa contratar com este Ente, há necessidade de comprovação da Regularidade Fiscal de sua empresa, por meio de Certidões, conforme assevera a Lei Complementar Nº 123/2006, transcrita a seguir:

> **Art. 43.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para e feito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição
>
> **§1º** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Desta forma, constatamos a irregularidade na seguinte certidão:

CERTIDÃO NEGATIVA FGTS.

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL.

Tal irregularidade gera empecilho para conclusão da negociação entre este órgão da administração pública e a referida empresa.

Tendo em vista esta condição, a Comissão de Licitação da Câmara Municipal, em total consonância com a previsão legal, solicita, que no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal a esta Casa Legislativa, a regularização dos fatos que impedem a emissão das Certidões, e a comprovação mediante apresentação de novas Certidões sejam elas Negativas ou Positivas com Efeitos de Negativa.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 22

Caso não haja regularização no período previsto em lei, haverá desclassificação de sua empresa do Certame por não atendimento as exigências legais.

Atenciosamente,

Quitandinha, 15 de maio de 2023.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 23

RE: COTAÇÃO

Camara Municipal Quitandinha
Seg, 15/05/2023 15:10
Para: IASMIN CRISTINA SILVA <ibsolucoesemsst@gmail.com>

1 anexos (294 KB)
Notificação.pdf;

Boa tarde,

Sirvo-me do presente para informar que não foi possível obter todas as certidões necessária para o andamento do processo, sendo assim, encaminho em anexo a notificação de abertura de prazo para regularização (5 dias úteis), caso não haja interesse de imediato em regularizar e dar prosseguimento no processo de contratação, peço que assine a notificação e demonstre tal desinteresse de forma clara no documento em anexo.

Estou a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,
Thaline Kusdra
Câmara Municipal de Quitandinha
41 3623-1443

De: IASMIN CRISTINA SILVA <ibsolucoesemsst@gmail.com>
Enviado: segunda-feira, 15 de maio de 2023 13:48
Para: Camara Municipal Quitandinha <quitandinhacamara@hotmail.com>
Assunto: Re: COTAÇÃO

Boa tarde Thaline, segue anexo a Proposta para realização dos Programas e Laudos Técnicos.

Qualquer dúvida estou à disposição
Atenciosamente

Iasmin Cristina Silva
Gestora em Segurança do Trabalho
Engenheira Civil
Engenheira de Segurança do Trabalho
E-mail.: ibsolucoesemsst@gmail.com
www.ibsolucoesemsegurancadotrabalho.com
Wathsapp.:(41) 9.9819-8218

Em seg., 15 de mai. de 2023 às 10:01, Camara Municipal Quitandinha <quitandinhacamara@hotmail.com> escreveu:

> Bom dia,
>
> Solicito cotação conforme descrição em anexo.
> OBS: 11 funcionários, sendo 10 funções.
>
> Favor confirmar recebimento
>
> Atenciosamente,
> Thaline Kusdra
> Câmara Municipal de Quitandinha

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 24

Re: COTAÇÃO

IASMIN CRISTINA SILVA <ibsolucoesemsst@gmail.com>
Seg, 22/05/2023 17:24
Para: Camara Municipal Quitandinha <quitandinhacamara@hotmail.com>

Boa tarde , solicito prorrogação do prazo para recolher os documentos necessários para seguir com o processo.

Atenciosamente

Iasmin Cristina Silva

Gestora em Segurança do Trabalho
Engenheira Civil
Engenheira de Segurança do Trabalho

E-mail.: ibsolucoesemsst@gmail.com

www.ibsolucoesemsegurancadotrabalho.com

Wathsapp.:(41) 9.9819-8218

Em qui., 18 de mai. de 2023 às 14:36, Camara Municipal Quitandinha <quitandinhacamara@hotmail.com> escreveu:

> Boa tarde,
>
> Então, a certidão Municipal está ok, porém a certidão do FGTS mesmo não tendo colaboradores a empresa precisa fazer um cadastro na caixa declarando que não tem funcionários e assim vai sair a certidão negativa do FGTS, você pode verificar ?
>
> Atenciosamente,
>
> Thaline Kusdra
>
> Câmara Municipal de Quitandinha
>
> 41 3623-1443
>
> ---
>
> **De:** IASMIN CRISTINA SILVA <ibsolucoesemsst@gmail.com>
> **Enviado:** quinta-feira, 18 de maio de 2023 13:25
> **Para:** Camara Municipal Quitandinha <quitandinhacamara@hotmail.com>
> **Assunto:** Re: COTAÇÃO
>
> Boa tarde Thaline, segue anexo a certidão negativa de débito municipal e federal, como não temos colaboradores registrados não temos a certidão negativa de FGTS.
>
> Sigo à disposição.
> Atenciosamente

CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
Fls. 25

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 49.242.187/0001-29
Razão Social: IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA
Endereço: R PREFEITO JOAO NESTER 343 APT 9 / CIDADE JARDIM / SAO JOSE DOS PINHAIS / PR / 83035-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:22/05/2023 a 20/06/2023

Certificação Número: 2023052216302901411394

Informação obtida em 22/05/2023 16:37:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
Fls. 26

*** CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO ***
Nº: 18215/2023

IMPORTANTE: 1.RESERVA - SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERIODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

2.A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO, CONFORME DECRETO 4.751 DE 18/04/2022.

3. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO www.sjp.pr.gov.br.

"CERTIFICO QUE ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO CONTRIBUINTE COM LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO "

IMPRESSA VIA INTERNET

CONTRIBUINTE: IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA
CNPJ: 49.242.187/0001-29 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 23100054
BAIRRO: CIDADE JARDIM
ENDEREÇO: RUA PREFEITO JOÃO NESTER, 343
COMPLEMENTO: APT 9; BLOCO: APTO:
CIDADE: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SITUAÇÃO: ATIVA
FINALIDADE: DIVERSOS / LICITAÇÃO / LICITAÇÃO MOBILIARIO / LICITAÇÃO IMOBILIÁRIO

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: afe902df0118675e5c20a4b38a0b965f

ESTÁ CERTIDÃO PODERÁ SER VALIDADA NO SITE: https://financas.sjp.pr.gov.br

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 24 de maio de 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA-PR
Av. Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.comSite: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Quitandinha, 24 de maio de 2023 27

PARECER JURÍDICO N.º 043/2023

Interessado: Câmara Municipal de Quitandinha

Assunto: Processo Administrativo 019/2023 (contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho)

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo visando à contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho, visto que o sistema E-SOCIAL utilizado para pagamento dos servidores comissionados e vereadores exige a inclusão do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), decorrente da NR01, o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e o Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO).

Consta do processo requerimento fundamentando a necessidade de contratação de empresa, autorização do Presidente de instauração do processo administrativo, manifestação da Administração juntando as cotações realizadas, inclusive painel de preços e até mesmo pesquisa de certidões da empresa de menor cotação.

É o relatório.

PARECER:

Inicialmente, cabe ressaltar que a contratação de obras, serviços, compras e alienações a ser feita por órgãos públicos deverá ser precedida, em regra, por licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, senão vejamos:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)*
> *XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Importante esclarecer que o objetivo da licitação é garantir a isonomia entre os participantes, bem como selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, obedecendo ainda aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da

publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ocorre que embora a licitação seja regra na Administração Pública, há hipóteses em que a própria Lei de Licitações (Lei 8666/93[1]) cria ressalvas a obrigação de licitar, senão vejamos:

> *Art. 24. É dispensável a licitação: (...)*
> ***II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)****(...)(GRIFOS NOSSOS)*

Neste sentido também é o Manual de Licitações do Tribunal de Contas da União, página 1, que pode ser encontrado pelo link file:///C:/Users/Windows/Downloads/Manual%20de%20compras%20diretas%20TCU-%20word.pdf, que assim dispõe:

> *a. Dispensa de licitação*
>
> *De acordo com Lei n.º 8.666/93, a licitação é dispensada (ou dispensável) no caso de alienação de bens móveis e imóveis, conforme disposto no art. 17, e também nas hipóteses descritas no art. 24. Em todos os casos, configura-se a viabilidade de competição, o que torna a licitação possível. No entanto, por comando normativo expresso, o procedimento licitatório estaria dispensado.*
>
> *As hipóteses previstas no art. 24 são taxativas, de forma que, caso o gestor contrate diretamente fora dos parâmetros e requisitos nele definidos, poderá configurar crime previsto na própria Lei n.º 8.666/93, art. 89, "dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei".*

Importante esclarecer que o valor para compras ou serviços, nos termos da nova redação dada pelo Decreto 9412, de 18/06/2018, implica na quantia de R$17.600,00.

Diante disso, entende esta assessoria jurídica que embora a licitação seja regra na Administração Pública, nas hipóteses em que o valor despendido é pequeno, tal qual o presente caso, é possível a aquisição do serviço por meio de dispensa de licitação, consoante disposto no artigo 24, inc. II da Lei nº. 8.666/93.

Por outro lado, embora a lei permita a contratação por processo simplificado, deve-se observar outros requisitos para a aquisição, como se há justificação para a aquisição e autorização da autoridade, se houve regular cotação de preços, elaboração de termo de referência, pesquisa pública em sites específicos de licitação ou disponibilizados por órgãos públicos, parecer jurídico e contábil, publicações, além da

[1] Na Câmara de Quitandinha está sendo aplicada a lei 8666/93 ante a lei 14133/2021 em processos de licitação, vez que a lei velha continua válida até 31/12/2023, sem contar que não houve regulamentação dos dispositivos exigidos e nem capacitação de todos os servidores envolvidos em processo licitatório.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 28

observância a todos os princípios constitucionais e dos previstos na lei de licitações.

E pela análise do processo, percebe-se que há motivação e justificativa na aquisição, pois é de conhecimento público que o sistema E-SOCIAL do governo federal exige a inclusão de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), decorrente da NR01, o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e o Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO), sem o qual não é possível efetuar o recolhimento previdenciário dos servidores comissionados e vereadores.

Verifica-se ainda foram realizadas 3 cotações de preços entre fornecedores locais e que os valores obtidos são compatíveis com o valor de mercado, estando entre o valor mínimo e máximo apurado no site Painel de Preços do Ministério da Economia, o que inclusive é requisito exigido pela lei municipal 1131/2019.

Ainda, verifica-se que a empresa de menor cotação não possui restrições para vender a Administração Pública, sendo regular e com todas as certidões negativas.

Todavia, verifica-se que ainda não houve manifestação da Contabilidade desta Casa, a qual precisa atestar a existência de dotação orçamentária para a aquisição.

Isto posto, pelo valor dos orçamentos apresentados, entende-se que não há óbice a aquisição do serviço por processo de dispensa de licitação.

Por fim, cumpre destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa, quiçá quanto à supervisão e conferência do serviço, para o qual esta Casa deverá ter um fiscal do contrato responsável.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos, SMJ, que não há óbice a contratação da empresa especializada em saúde e segurança do trabalho denominada IB SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO ME, CNPJ 49242187/0001-29, para cumprir com os serviços previstos no termo de referência por processo de dispensa de licitação, desde é claro que exista dotação orçamentária atestada pela Contabilidade da Casa, já que os demais requisitos legais estariam presentes.

De resto, ressalta-se ainda à necessidade de publicação de extrato da referida compra no Diário Oficial do Município no prazo de até 5 dias da finalização do processo, além da posterior digitalização e disponibilização integral de todo o processo no site desta Casa de Leis.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 29

Este é o parecer, o qual submeto a análise superior.

MARIA FERNANDA SIMÕES BELLEI KEMP
ADVOGADA OAB/PR 34192

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Av. Fernandes de Andrade, 839 - Centro – Fone (41) 3623 1443
Email: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br
ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 30

PARECER CONTÁBIL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2023

Quitandinha, 30 de maio de 2023.

ASSUNTO: Análise de dotação orçamentária e financeira referente à contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho.

Preço Global Máximo: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária
01.00 – Legislativo Municipal
01.101 – Câmara Municipal
01.031.0001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Possui dotação orçamentária suficiente:
(X) Sim ( ) Não

ISABELA MARIA CANDIDO TARTAIA
Contadora CRC/PR 075624/O-9

Há disponibilidades bancárias:
(X) Há recursos suficientes ( ) Não há recursos suficientes

AMILTON GODK FILHO
1º SECRETÁRIO/ TESOUREIRO

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 31

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2023

CERTIDÃO

A empresa Ib Soluções em Segurança do Trabalho inscrita sob o CNPJ 49.242.187/0001-29, regularizou a pendência, na esfera municipal e relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) , no prazo acordado, portanto, a empresa está **HABILITADA** para participar deste certame.

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR GLOBAL:
1º	IB SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO	**R$750,00**
2º	TQA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	**R$1.600,00**
3°	CMI CENTRO MÉDICO INTGRADO	**R$1.800,00**
4º	CUIDASEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	**R$2.950,00**

Tendo em vista o parecer contábil que atesta a existência de dotação orçamentária para a aquisição, o parecer jurídico nº 43/2023 que opina que há regularidade no processo e que indica a possibilidade de dispensa de licitação, a classificação das propostas apresentadas e o exame de regularidade da primeira colocada, a Comissão Permanente de Licitação julga que pode ocorrer a aquisição dos itens demandados da empresa IB SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO que apresentou a melhor proposta GLOBAL para os itens demandados pela Câmara Municipal, sendo que o valor total da aquisição será R$ 750,00

Após as deliberações, esta comissão encaminha o processo administrativo ao gabinete da Presidência para ratificação e autorização da compra.

Quitandinha, 31 de maio de 2023.

ISABELA MARIA CÂNDIDO TARTAIA
Presidente da Comissão de Licitação

THALINE EMANUELE KUSDRA
Vice-Presidente

ALICIANE CRISTINA KOCZKODAI DE QUADROS ANDRADE
Membro

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 32

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Tendo em vista a necessidade justificada da contratação de uma empresa especializada em saúde e segurança do trabalho, bem como o parecer contábil relatando a existência de dotação orçamentária, o parecer jurídico opinando pela possibilidade de aquisição direta via processo de dispensa e o mapa de apuração produzido pela Comissão Permanente de Licitação indicando que o produto pode ser adquirido por meio de processo de dispensa RATIFICO a decisão da CPL e autorizo que a compra seja realizada na empresa IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA que ofertou o menor valor para os itens demandados e estão regular perante o fisco.

À Secretaria de Administração para autuar o processo de dispensa e realizar a aquisição do produto.

Gabinete do Presidente, 31 de maio de 2023.

MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 33

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Em razão da determinação da Presidência, abro o processo de dispensa nº 014/2023.

Quitandinha, 31 de maio de 2023.

THAYRINE THAMARA TOKARSKI
Diretora do Departamento Administrativo

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 34

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2023
DISPENSA Nº 014/2023

Contratada: IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA.

Dotação Orçamentária:
01.00 - Legislativo Municipal
01.101 – Câmara Municipal
01.031.0001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor Total: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

Quitandinha, 31 de maio de 2023.

MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 35

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2023
DISPENSA Nº 014/2023

Contratada: IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA.

Dotação Orçamentária:
01.00 - Legislativo Municipal
01.101 – Câmara Municipal
01.031.0001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor Total: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

Quitandinha, 31 de maio de 2023.

MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:521C6BFF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01/06/2023. Edição 2783
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 36

CONTRATO nº 04/2023

Processo Administrativo nº 019/2023
Dispensa de Licitação nº 14/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA, inscrita no CNPJ n.º 00.942.397/0001-30, situada à Av. Fernandes de Andrade, n.º 839, Centro, Município de Quitandinha, Estado Paraná, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL, inscrito no CPF/MF sob nº 964.699.439-34;

CONTRATADA: IASMIN CRISTINA SILVA SERVIÇOS DE ENGENHARIA (IB SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO ME), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 49242187/0001-29, com sede na Rua Prefeito João Nester, nº 343, apto 09, Cidade Jardim, em São José dos Pinhais, neste ato representada pelo sócia administradora, IASMIN CRISTINA SILVA, inscrita no CPF/MF nº 081.861.739-00.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de prestação de serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Cláusula 1ª. DO OBJETO
O presente contrato tem como objeto a visita técnica e avaliação dos riscos, funções, atividades e possíveis danos com vistas e elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos (NR01), Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO) e de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) para adequação dos serviços públicos e exigências do Programa e-Social.

Cláusula 2ª. DA VIGÊNCIA
O prazo para a realização do objeto contratual será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos a critério da Administração Pública. Ainda, tendo em vista a natureza do contrato, o mesmo poderá ser renovado nos termos do art. 57, II, da Lei 8666/93.

Cláusula 3ª. DO PREÇO GLOBAL
Pela prestação de serviços, a CONTRATANTE pagará o valor global de R$750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Cláusula 4ª. DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento do valor contratado será feito mediante boleto bancário com vencimento de até 30 dias da conclusão do serviço.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 37

Cláusula 5ª. DA MORA
Na eventualidade de ocorrer atraso no pagamento, o valor será atualizado após 30 dias pela variação acumulada do "IPCA", calculada *pro rata tempore*, acrescida de juros de 1% ao mês e multa de mora de 2%.

Cláusula 6ª. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O crédito pelo qual ocorrerá a despesa virá de dotação própria consignada no orçamento vigente, qual seja:

01.00 - Legislativo Municipal
01.101 – Câmara Municipal
01.031.0001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro - PJ
3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Cláusula 7ª. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA
A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente, elaboração dos laudos, respondendo, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o CONTRATANTE ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida, responsabilizando-se também pelas seguintes obrigações;
7.1 – Fornecer os laudos contratados;
7.2 - Suportar as despesas para análise física, estrutural, documental para a avaliação, bem como despesas com transportes, alimentação, encargos trabalhistas e outras a que tiver o funcionário executor do serviço;

Cláusula 8ª. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.
A CONTRATANTE terá a responsabilidade de:
8.1 - Efetuar o pagamento ajustado na época de sua exigibilidade;
8.2 - Fiscalizar a prestação dos serviços.

Cláusula 9ª. DAS PENALIDADES
A não execução do(s) serviço(s), nos moldes contratados neste Instrumento, importará na aplicação à CONTRATADA nas seguintes penalidades:
9.1 - multa diária na ordem de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do Contrato;
9.2 - multa no mesmo percentual acima para o descumprimento de quaisquer outras obrigações a ela imposta no presente ajuste.
9.3 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.
9.4 - A inexecução total do Contrato importará à CONTRATADA a suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer ente da Administração Direta ou Indireta do Município de Quitandinha, pelo prazo desde já fixado em 12 (doze) meses, contados

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 38

da aplicação de tal medida punitiva, bem como multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato.

9.5 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

9.6 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

Cláusula 10. DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, as legais e regulamentares, ensejará a sua rescisão, nos termos do art. 77 da Lei 8666/93.

10.2 - A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 78 da Lei 8666/1993.

10.3 - Se a rescisão da avença se der por culpa exclusiva da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, a parte que não der causa a rescisão fará jus ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor remanescente do Contrato.

Cláusula 11. DA CESSÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

Cláusula 12. DO FISCAL DO CONTRATO

Os serviços constantes neste contrato serão fiscalizados pelo servidor DANIEL ALDÉCIO CHEMIM DA SILVA, CPF 031.757.539-22, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

Cláusula 13. DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

Para todos e feitos do presente contrato, fica estabelecida que a comunicação entre as partes se dará por correio eletrônico, via internet, devendo as eventuais mensagens, notas fiscais, reclamações, notificações, serem enviadas aos seguintes endereços:

Contratante: quitandinhacamara@hotmail,com;

Contratada: ibsolucoesemsst@gmail.com

Cláusula 14. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal n.º 8666/93, pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral Dos Contratos e disposições do Direito Privado.

Cláusula 15. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, como competente para dirimir questões referentes ao presente contrato, com expressa e forma renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA Fls. 39

Assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento deste contrato, firmam-no em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas infra-assinadas.

Quitandinha, PR, 6 de junho de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
CONTRATANTE

IASMIN CRISTINA SILVA:08186173900 Assinado de forma digital por IASMIN CRISTINA SILVA:08186173900 Dados: 2023.06.06 15:14:10 -03'00'

IB SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO ME
CONTRATADA

Testemunhas

Thayrine T. Tokarski
CPF: 092.919.169-27

Thalini Kuzdra
CPF: 085.270.539-50

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

CÂMARA DE QUITANDINHA
Fls. 40

EXTRATO DE CONTRATO

Processo administrativo Nº 019/2023
Dispensa de Licitação Nº 14/2023
Contratada: IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA
CNPJ Nº 49.242.187/0001-29
Objeto: contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho
Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993
Vigência: 06/06/2023 a 05/06/2024.
Valor: R$ 750,00.
Data de assinatura: 06/06/2023.

Quitandinha, 09 de junho de 2022.

MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 41

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo administrativo Nº 019/2023
Dispensa de Licitação Nº 14/2023
Contratada: JASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA
CNPJ Nº 49.242.187/0001-29
Objeto: contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho
Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993
Vigência: 06/06/2023 a 05/06/2024.
Valor: R$ 750,00.
Data de assinatura: 06/06/2023.

Quitandinha, 09 de junho de 2022.

MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:F31D29D2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/06/2023. Edição 2803
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

LTCAT

Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 42

IB

SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Emissão: 07/06/2023
REV: 00

São José dos Pinhais
Junho/ 2023

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
FLS. 43

LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

EMPRESA CONTRATANTE			
Empresa CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA			
Endereço Av Eleuterio Fernandes de Andrade		**Complemento**	**CNPJ** 00.942.397/0001-30
CEP 83840-000	**Cidade** Quitandinha	**Bairro** Centro	**UF** PR
CNAE PRINCIPAL 8411-6/00	**Grau de Risco** 1	**Descrição CNAE** Administração pública em geral	

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS			
Empresa IB SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO			
Endereço Rua Prefeito João Nester, 343		**Complemento**	**CNPJ** 49.242.187/0001-29
CEP 83035-160	**Cidade** São José dos Pinhais	**Bairro** Cidade Jardim	**UF** PR
CNAE 7112-0/00	**Grau de Risco** 1	**Descrição CNAE** Serviços de engenharia.	

HISTÓRICO DE REVISÕES			
Revisão	**Descrição**	**Por**	**Data**
00	Confecção do Documento	IB Soluções	07/06/2023

LTCAT

Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 44

Sumário

EMPRESA CONTRATANTE **5**
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS **5**
HISTÓRICO DE REVISÕES **5**
OBJETIVO **4**
METODOLOGIA **4**
LAUDO DE PERICULOSIDADE **7**
METODOLOGIA **7**
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE AGENTES QUÍMICOS **8**
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE AGENTES FÍSICOS – RUÍDO **9**
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE AGENTES FÍSICOS – VIBRAÇÃO **10**
VALIDADE DO LTCAT **11**
CÓDIGOS **11**
LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS **12**
GERAL **13**
Cargo: ADVOGADO 13
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO 13
Cargo: CONTADOR 13
Cargo: TÉCNICO LEGISLATIVO 13
Cargo: ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA 13
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO 13
Cargo: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS 14
Cargo: CHEFE DE GABINETE 14
Cargo: ASSESSOR PARLAMENTAR 14
CARACTERIZAÇÃO SOBRE: INSALUBRIDADE / APOSENTADORIA ESPECIAL **15**
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 16
CARACTERIZAÇÃO SOBRE: INSALUBRIDADE / APOSENTADORIA ESPECIAL **18**
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA **19**

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 45

OBJETIVO

O artigo 58 da Lei 8.213/91, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social, estabelece o LTCAT como documento, cuja finalidade é identificar a existência de agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde ou integridade física dentro do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.

O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP– Perfil Profissiográfico Previdenciário (§1º do artigo 58 da Lei nº 8.213/1991 e §2º e §7º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999), além de subsidiar o enquadramento das atividades laborais, no que se refere ao recolhimento das denominadas Alíquotas Suplementares do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT) criadas pelo texto da Lei nº 9.732 de 11.12.98. Este laudo atende também às exigências contidas na Instrução Normativa IN INSS/DC nº 99 de 05.12.2003 e outras publicadas posteriormente.

METODOLOGIA

O levantamento técnico ambiental foi desenvolvido conforme as etapas abaixo:

- Apuração das atividades e locais de trabalho de cada funcionário.
- Identificação qualitativa dos agentes nocivos com potencial de causar danos à saúde dos mesmos, acaso existentes nas atividades e/ou locais de trabalho, tomando-se como referências aqueles relacionados nos seguintes diplomas legais: Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15) e seus respectivos Anexos (Portaria nº 3.214/78, Lei nº 6.514/77), ACGIH – American Conference of Governmental Industrial Higyenists ou aqueles que venham a ser estabelecidos em negociação coletiva de trabalho, desde que mais rigorosos do que os critérios técnico-legais estabelecidos.
- Inspeção dos ambientes de trabalho;
- Análise de todas as etapas de execução das atividades de atribuição dos mesmos;
- Levantamento dos equipamentos existentes nos locais de trabalho e/ou operados por eles,
- Verificação do emprego de produtos químicos no processo;
- Tempo de exposição aos agentes.

Avaliação Quantitativa do Agente Físico: Ruído

Os critérios para a avaliação do agente físico ruído estão definidos no Anexo 1 da NR 15.

Segundo o estabelecido, a avaliação deve realizada quantitativamente, ou seja, deve-se medir o nível de ruído existente no ambiente de trabalho ao nível auditivo do trabalhador.

A atividade é considerada insalubre em grau médio, quando o tempo de exposição do trabalhador ao nível de ruído medido for superior à máxima exposição diária para ele permitida, definida na tabela Limites de Tolerância para Ruído Contínuo ou Intermitente e não tiverem sido adotadas as medidas para sua eliminação ou neutralização estabelecidas no subitem 15.4.1 da NR 15. No caso de Ruído de Impacto, a insalubridade se dá quando forem ultrapassados os limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2 da NR 15.
Quando caracterizada a insalubridade, esta será de grau médio, cabendo ao trabalhador o adicional de 20% sobre o salário-mínimo da região.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 46

Avaliação Quantitativa do Agente Físico: Frio

Os critérios para avaliação de insalubridade em razão de exposição a frio estão definidos no Anexo 9 da NR 15, segundo o qual a avaliação deve ser feita qualitativamente, por meio de inspeção realizada no local de trabalho.

De acordo com o disposto no Anexo 9 da NR 15, as atividades e operações executadas no interior das câmaras frigoríficas, ou em locais que apresentem condições similares, que exponham os trabalhadores ao frio, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em grau médio.

O referido Anexo não estabelece valores para a temperatura e nem para o tempo de exposição a partir dos quais o trabalho seria considerado insalubre.

Avaliação Quantitativa do Agente Físico: Calor

Os critérios para avaliação de insalubridade em razão da exposição ao calor estão definidos no Anexo 3 da NR 15.

Segundo o estabelecido, a avaliação deve ser quantitativa, ou seja, deve-se medir o nível de calor que o trabalhador fica exposto, através do IBUTG – Índice de Bulbo Úmido – Termômetro de Globo.

A insalubridade é caracterizada em grau médio, quando o IBUTG medido for superior ao IBUTG máximo permitido (limite de tolerância) e não tiverem sido adotadas as medidas para sua eliminação ou neutralização estabelecidas no subitem 15.4.1 da NR 15.

Avaliação Quantitativa do Agente Físico: Radiação Ionizante

Os critérios para a avaliação ocupacional da insalubridade e periculosidade em razão de exposição à radiação ionizante estão estabelecidos na NR 15 Anexo 5 e NR 16.

De acordo com a NR 15 Anexo 5, as atividades ou operações onde os trabalhadores possam estar expostos a esse tipo de radiação, devem ser observados os limites de tolerância, os princípios, as obrigações e controles básicos para a proteção do homem e do seu meio ambiente, constantes na Norma CNEN-NE-3.01: " Diretrizes Básicas de Radioproteção " de julho de 1998, aprovada em caráter experimental pela resolução CNEN nº 12/88, ou aquela que venha substituí-la.

A avaliação da insalubridade deve ser realizada medindo-se o nível de radiação no ambiente de trabalho e comparando-o com o limite de tolerância estabelecido na Norma anteriormente mencionada, ficando caracterizada a insalubridade em grau máximo, caso a concentração medida seja superior ao limite de tolerância e não houver a presença de tecnologias de proteção eficazes ao trabalhador (EPC e/ou EPIs), capazes de eliminar ou neutralizar a ação do agente.

Com relação à periculosidade, deve ser observado o quadro anexo da NR 16: "Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou Substâncias Radioativas – Atividades/Área de Risco", segundo o qual, o enquadramento do trabalho em condições de periculosidade (constatada através de inspeção no local de trabalho), assegura ao trabalhador a percepção do adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário nominal, ou seja, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 47

Avaliação Quantitativa do Agente Físico: Radiação Não Ionizante

As radiações não ionizantes apresentam grande interesse do ponto de vista ocupacional, visto que os seus efeitos sobre a saúde humana são potencialmente importantes, pois a exposição sem controle pode provocar sérias lesões ou doenças.

Os critérios para a avaliação da insalubridade em razão da exposição a radiação não ionizante, estão definidos na NR 15 Anexo 7, que considera as radiações derivadas das microondas, infravermelhas, ultravioletas e raio laser, constatada através de avaliação qualitativa.

A avaliação qualitativa deve ser realizada através de inspeção no local de trabalho e quando caracterizada a insalubridade, esta será de grau médio, cabendo ao trabalhador o adicional de 20% sobre o salário mínimo da região.

Avaliação Quantitativa do Agente Físico: Vibrações

Os critérios para avaliação de insalubridade em razão da exposição à Vibração estão definidos no Anexo 8 da NR 15, que considera a exposição às VIBRAÇÃO DE MÃOS E BRAÇOS (VMB) e VIBRAÇÃO DE CORPO INTEIRO (VCI).

Os procedimentos técnicos para a avaliação quantitativa das VCI e VMB são os estabelecidos nas Normas de Higiene Ocupacional da FUNDACENTRO.

Caracteriza-se a condição insalubre caso seja superado o limite de exposição ocupacional diária a VMB correspondente a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de 5 m/s^2.

Caracteriza-se a condição insalubre caso sejam superados quaisquer dos limites de exposição ocupacional diária a VCI:
a) valor da aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de 1,1 m/s^2;
b) valor da dose de vibração resultante (VDVR) de 21,0 $m/s^{1,75}$.

Para fins de caracterização da condição insalubre, o empregador deve comprovar a avaliação dos dois parâmetros acima descritos.

As situações de exposição a VMB e VCI superiores aos limites de exposição ocupacional são caracterizadas como insalubres em grau médio, cabendo ao trabalhador o adicional de 20% sobre o salário mínimo da região.

Avaliação Quantitativa de Agentes Químicos

Nas atividades ou operações nos quais os trabalhadores ficam expostos a agentes químicos, a caracterização da insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância constantes na NR 15 Anexo 11 (Quadro 1), constatada através de avaliação quantitativa, medindo-se a concentração do agente químico ao nível respiratório do trabalhador.

Com relação às substâncias químicas sem limites de tolerância estabelecidos, as atividades e operações poderão ser avaliadas através da NR 15 Anexo 13, cuja insalubridade é determinada por avaliação qualitativa através de inspeção do local de trabalho.

Nas atividades ou operações nos quais os trabalhadores ficam expostos a poeiras minerais, tais com asbesto, manganês e poeiras contendo sílica cristalizada, a caracterização da insalubridade ocorrerá quando forem ultrapassados os limites de tolerância indicados na NR 15 Anexo 12, constatada através de avaliação quantitativa, medindo-se a concentração da substância química dispersa no ar ao nível respiratório do trabalhador.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 7 48

Para ambos os casos, deverá ser observado o tempo de exposição ao agente, os limites de tolerância constantes na NR 15 e a verificação da presença de tecnologias de proteção eficazes ao trabalhador (EPC e/ou EPIs), capazes de eliminar ou neutralizar a ação do agente.
Conforme NR 15, anexo 11, item 7, cada uma das concentrações obtidas nas amostragens não deverá ultrapassar os valores obtidos na equação, sob pena de ser considerada Risco Grave e Iminente (RGI).

Valor Máximo = LT * FD
LT = Limite de tolerância para o agente químico, segundo Quadro nº 1 do anexo;
FD = fator de desvio, segundo definido no Quadro nº 2 do anexo.

Agentes que possuam valor teto, conforme Quadro 1, anexo 11, o limite de tolerância não pode ser ultrapassado em nenhum momento da jornada.

Exposição a Agentes Biológicos

Os critérios para avaliação de insalubridade em razão de exposição a agentes biológicos estão definidos no Anexo 14 – Agentes Biológicos da NR 15, segundo o qual a avaliação deve ser realizada qualitativamente.

Nesse Anexo as atividades que envolvem contato com agentes biológicos estão divididas em dois grupos: um grupo englobando as atividades consideradas insalubres, em grau máximo, e outro as consideradas insalubres, em grau médio.

LAUDO DE PERICULOSIDADE

O presente laudo técnico tem por objetivo apurar a exposição a agentes potencialmente nocivos, prejudiciais à saúde ou à integridade física nas atividades e locais de trabalho dos funcionários da empresa.

METODOLOGIA

O levantamento técnico ambiental foi desenvolvido conforme as etapas abaixo:

- Apuração das atividades e locais de trabalho de cada funcionário.
- Identificação qualitativa de atividades e operações perigosas, tomando-se como referência aqueles relacionados na Norma Regulamentadora nº 16 (NR 16) e seus respectivos Anexos;
- Inspeção dos ambientes de trabalho;
- Análise de todas as etapas de execução das atividades de atribuição dos mesmos.

CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
Fls. 849

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE AGENTES QUÍMICOS

Bomba de amostragem: Instrumento portátil e leve, dotado de bateria recarregável, que permita o ajuste da vazão definida pelo método e seja intrinsecamente seguro. A bomba deve possuir um sistema automático de controle de vazão com capacidade para mantê-la constante, dentro de um intervalo de ±5%, durante o tempo de coleta.

Coleta ou amostragem de ar: Corresponde ao processo de se obter uma amostra do ar em um período de tempo específico para fins de determinação da concentração do agente químico.

Amostra ou coleta pessoal: Corresponde a uma amostra de ar coletada ou à medição de concentração na zona respiratória do trabalhador. O dispositivo de coleta é fixado, em geral, na lapela do trabalhador, podendo ser no lado esquerdo ou no direito (Figura 1). O lado escolhido deve, quando possível, ser aquele que esteja mais próximo da fonte de emissão do agente químico. O resultado de concentração obtido é uma estimativa da exposição, via inalação, do trabalhador.



Figura 1. Coleta de amostra pessoal
(Fonte: Fundacentro, NHO 08)

CÂMARA MUN. DE GUTANDIRA
Fls. 950

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE AGENTES FÍSICOS – RUÍDO

Abordagem dos locais e das condições de trabalho

A avaliação de ruído deverá ser feita de forma a caracterizar a exposição de todos os trabalhadores considerados no estudo.

Identificando-se grupos de trabalhadores que apresentem iguais características de exposição – grupos homogêneos – não precisarão ser avaliados todos os trabalhadores. As avaliações podem ser realizadas cobrindo um ou mais trabalhadores cuja situação corresponda à exposição "típica" de cada grupo considerado.

Medidores integradores de uso pessoal: Os medidores integradores de uso pessoal, também denominados de dosímetros de ruído, a serem utilizados na avaliação da exposição ocupacional ao ruído devem atender às especificações constantes da Norma ANSI S1.25- 1991 ou de suas futuras revisões, ter classificação mínima do tipo 2 e estar ajustados de forma a atender aos seguintes parâmetros:

- circuito de ponderação – "A"
- circuito de resposta – lenta (slow)
- critério de referência – 85 dB(A), que corresponde a dose de 100% para uma exposição de 8 horas
- nível limiar de integração – 80 dB(A)
- faixa de medição mínima – 80 a 115 dB(A)
- incremento de duplicação de dose = 3 (q = 3)
- indicação da ocorrência de níveis superiores a 115 dB(A).

Procedimentos gerais de medição

No caso de medidores de uso pessoal, o microfone deve ser posicionado sobre o ombro, preso na vestimenta, dentro da zona auditiva do trabalhador.



CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
Fls. 51

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DE AGENTES FÍSICOS – VIBRAÇÃO

VIBRAÇÃO DE CORPO INTEIRO (VCI)

Procedimentos de medição
Localização e fixação dos transdutores

As medições da vibração transmitida ao corpo devem ser feitas segundo as três direções de um sistema de coordenadas ortogonais de forma simultânea, utilizando-se acelerômetro do tipo triaxial.

A Figura 3 mostra exemplos de localização e fixação de acelerômetro de assento e o sistema de coordenadas ortogonais para a avaliação da exposição

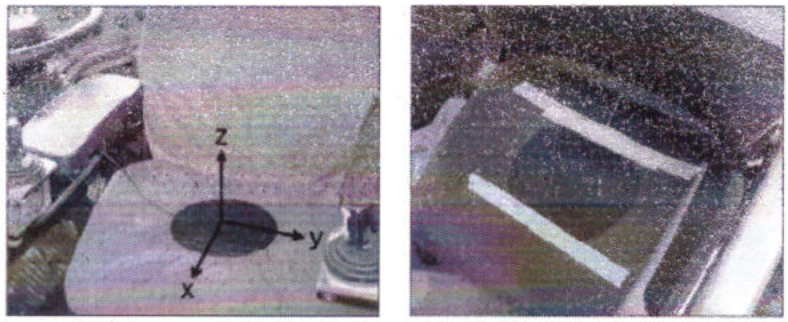


Figura 3 Ilustração de acelerômetros de assento e dos eixos de medição, posicionados para avaliação da exposição de condutor de veículo

VIBRAÇÃO DE MÃOS E BRAÇOS (VMB)

Procedimentos de medição
Localização e fixação dos transdutores

As medições da vibração transmitida às mãos devem ser feitas segundo as três direções de um sistema de coordenadas ortogonais, de forma simultânea, utilizando-se acelerômetro do tipo triaxial.

A Figura 2 ilustra a localização do sistema de coordenadas ortogonais que serve como base para a identificação do ponto de medição idealizado.

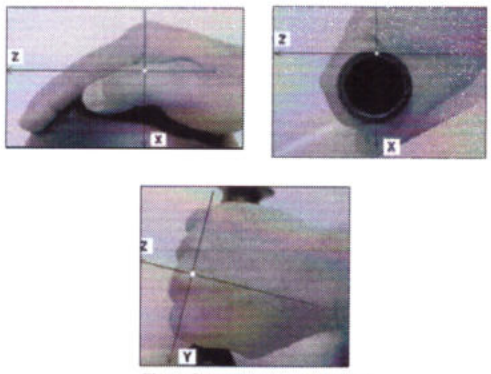


Figura 2 Localização do sistema de coordenadas para vibração de mãos e braços
Fonte: Fundacentro

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA Fls. 521

VALIDADE DO LTCAT

O LTCAT tem validade indefinida, atemporal, ficando atualizado permanentemente, enquanto o ambiente de trabalho não sofrer alterações.

Art. 261, § 4º da IN/PRES Nº 77, de 21/01/2015: São consideradas *alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:*

I – Mudança de layout;

II – Substituição de máquinas ou de equipamentos;

III – Adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva;

IV – Alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do TEM, se aplicável.

CÓDIGOS

TABELA I:

Código	Descrição
7	Não tem exposição à agente nocivo
8	Tem exposição à agente nocivo

TABELA II- Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) – Para os trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

Código GFIP	Descrição
(em branco)	Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
01	Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
02	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho)
03	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho)
04	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho)

TABELA III – Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) – Para os trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora),

Código GFIP	Descrição
(em branco)	Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
05	Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
06	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho)
07	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho)
08	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho)

*** Classificação para subsidiar o enquadramento no código GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social.**

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 53

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
FISPQ	Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos
PGR	Programa de Gerenciamento de Riscos
PPR	Programa de Proteção Respiratória
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
NT	Nota Técnica
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
NR	Norma Regulamentadora
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
L.T.	Limite de Tolerância
LTCAT	Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho
GFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 54

GERAL

Cargo: ADVOGADO
Descrição detalhada: Analisar e emitir pareceres jurídicos nos processos administrativos; elaborar projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, portarias e demais documentos jurídicos; prestar assessoramento jurídico amplo aos Vereadores, órgãos da Administração e Comissões da Câmara Municipal de Quitandinha; pesquisar, analisar e interpretar a legislação e jurisprudência; analisar e elaborar minutas de contrato, convênios, petições, e demais documentos de natureza jurídica; desempenhar outras atividades correlatas
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Descrição detalhada: Desenvolver atividades administrativas de natureza simples e rotineira, como registros em formulários próprios, atendendo a servidores e ao público em geral; receber e protocolar correspondências e outros documentos; coleta de dados para análise da Administração; cotação de preços; organização de arquivos e fichas e execução de serviços de digitação; serviços de telefonia; serviços de recepção e protocolo; serviços de digitalização e arquivo; desempenhar atividades sob a orientação do Diretor Administrativo; desempenhar outras atividades correlatas na Secretaria de Administração.
Cargo: CONTADOR
Descrição detalhada: Executar operações contábeis tais como: lançamento da despesa, conciliações, organização de relatórios; elaborar planos e programas de natureza contábil; elaborar balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas, apresentando resultados parciais e totais da situação patrimonial do órgão, examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificando documentos para certificar-se quanto à correção dos lançamentos; organizar relatórios contábeis referentes à situação global do órgão, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos, emissão de documentos dos recursos humanos, prestação de contas anual, desempenhar outras atividades correlatas.
Cargo: TÉCNICO LEGISLATIVO
Descrição detalhada: Executar tarefas na área legislativa da Câmara Municipal como: redigir atas das sessões, atas de reuniões de comissão e demais documentos; organizar e atualizar arquivos; receber, classificar, numerar, encaminhar e escriturar em livros e fichas de controle, as proposições (requerimentos, projetos de lei, resolução e decreto legislativo) apresentadas pelos Vereadores; organizar e redigir a pauta das sessões; autuar os projetos de lei, resolução e decreto legislativo, realizando consultas aos cadastros sobre proposições da mesma natureza; controlar os prazos dos pedidos de informações, vetos, para promulgação e sanção da matéria aprovada e outros; prestar informações sobre a tramitação das proposições; controlar a frequência dos Vereadores; desempenhar outras atividades correlatas.
Cargo: ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA
Descrição detalhada: Assessorar diretamente o Presidente da Câmara nas questões jurídicas; elaborar parecer jurídico escrito ou verbal quando solicitado; elaborar projetos de lei ou de decretos de interesse do Presidente ou da Mesa Diretora; Orientar o Presidente quanto às demandas judiciais; compartilhar com o Advogado da Casa sobre questões jurídicas de interesse da Câmara, bem como na elaboração de peças judiciais e projetos de interesse do Legislativo; examinar e revisar processos administrativos de interesse da Presidência; pesquisar a jurisprudência, doutrina e analogia para a formação de arquivo jurídico, orientando quanto a sua organização; desempenhar outras atividades correlatas.
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO
Descrição detalhada: Supervisionar, controlar, distribuir, fiscalizar as atividades da sua Diretoria; expedir ordens de serviços aos servidores sob sua administração; Encaminhar ofícios ou outras correspondências; propor a abertura de processos administrativos, inclusive de sindicância; coordenar os processos de licitações; acompanhar as auditorias; manter informada a Presidência quanto ao andamento dos trabalhos sob sua responsabilidade; receber e rever os processos e documentos a serem despachados pela Presidência; prestar as informações que lhe forem solicitadas pela Presidência, demais integrantes da Mesa Diretora e Vereadores; executar outras tarefas determinadas pelo Presidente da Câmara; supervisionar as atividades de protocolo, prestação de informações, tramitação de processos, expedientes e outros de interesse público; administrar a execução dos serviços básicos de reprografia, telefonia, fornecimento de água, energia elétrica e outros necessários ao funcionamento da Câmara; controlar e fiscalizar os serviços de limpeza, conservação e copa, executados por servidores da Câmara ou por empresas contratadas; supervisionar as atividades de recepção e informação ao público em geral; exercer outras atividades correlatas.

CÂMARA MUN. DE GUIRANDINHA
Fls. 55

Cargo: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS
Descrição detalhada: Executar operações contábeis tais como: lançamento da despesa, conciliações, organização de relatórios, pagamento de despesas; elaborar planos e programas de natureza contábil; elaborar balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas, apresentando resultados parciais e totais da situação patrimonial do órgão, examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificando documentos para certificar-se quanto à correção dos lançamentos; organizar relatórios contábeis referentes à situação global do órgão, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos, emissão de documentos dos recursos humanos, prestação de contas anual, desempenhar outras atividades correlatas.
Cargo: CHEFE DE GABINETE
Descrição detalhada: Organizar todo o serviço do Gabinete, determinando e distribuindo as tarefas; organizar os documentos e arquivos da Presidência, providenciando a tramitação dos documentos pertinentes; organizar a agenda permanente das reuniões, representações e demais eventos relacionados ao Gabinete; preparar, receber e expedir a correspondência da Presidência; prestar assessoria administrativa, em geral, ao Presidente; providenciar, junto aos setores competentes, todo o material permanente e de consumo necessário ao funcionamento eficiente do Gabinete da Presidência; exercer outras atividades determinadas pelo Presidente.
Cargo: ASSESSOR PARLAMENTAR
Descrição detalhada: Coordenar as atividades do Gabinete dos Vereadores; realizar trabalhos de informática, responder e-mails e correspondências dos Vereadores; assessorar o Vereador nos assuntos cotidianos do parlamentar; responsabilizar por documentos oficiais e controle de arquivo dos gabinetes; promover pesquisas de interesse parlamentar; assessorar no registro e controle de notícias, eventos, e agendamentos da Autoridade; redigir projetos, indicações, requerimentos com redação parlamentar, discursos e outros pronunciamentos do Vereador; controlar o acesso de pessoas ao Gabinete do Vereador; coordenar e promover encontros com lideranças políticas; acompanhar o vereador nas reuniões com deputados e outras autoridades; representar o vereador perante às Secretarias Municipais, no tocante as indicações e requerimentos realizadas e demais serviços solicitados; assessorar o parlamentar nas reuniões ou sessões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas; operar e administrar diligentemente os serviços, móveis e equipamentos do Gabinete e da Câmara; realizar outras funções-meio necessárias ao desempenho de suas atribuições nos gabinetes dos vereadores.

RISCO OCUPACIONAL ESPECÍFICO	**GRUPO**
RUÍDO	**Físico**

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Ruído**		Grupo **Físico**			
Descrição		Exposição a ruído ambiente			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Stress e dores de cabeça.			
Fontes ou circunstâncias		Ruído de fundo / Conversação			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Severo	**Frequência**	Baixo	**Nível de Risco**	Risco Irrelevante
Ações necessárias		Manter o monitoramento do ambiente			

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 1556

CARACTERIZAÇÃO SOBRE: INSALUBRIDADE / APOSENTADORIA ESPECIAL
AGENTE NOCIVO **Físico:** RUÍDO **CONCLUSÃO:** Considerando o tipo de exposição ao agente físico ruído, não é passível à concessão do pagamento do adicional de insalubridade e ao benefício de aposentadoria especial.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 57

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Descrição detalhada: Executar serviços de limpeza e conservação dos bens materiais da Câmara Municipal; organizar as dependências da Câmara Municipal; realização de serviços de copa e cozinha; conferência de estoque; desempenhar outras funções correlatas.

RISCO OCUPACIONAL ESPECÍFICO	**GRUPO**
RUÍDO UMIDADE	**Físico**
QUEROSENE	**Químico**
MICROORGANISMOS PATOGÊNICOS	**Biológico**

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Ruído**		Grupo **Físico**			
Descrição		Exposição a ruído ambiente			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Stress e dores de cabeça.			
Fontes ou circunstâncias		Ruído de fundo / Conversação			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Severo	**Frequência**	Baixo	**Nível de Risco**	Risco Irrelevante
Ações necessárias		Manter o monitoramento do ambiente			

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Umidade**		Grupo **Físico**			
Descrição		Umidade proveniente do uso frequente de água para limpeza dos ambientes			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Pode causar doença do aparelho respiratório; doenças de pele.			
Fontes ou circunstâncias		Uso frequente de água Atividades de limpeza			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Leve	**Frequência**	Moderado	**Nível de Risco**	Risco Baixo
Ações necessárias		Manter o uso de EPIS, conforme NR 06: bota de pvc, luva nitrílica. Orientar periodicamente o colaborador quanto ao uso, guarda e conservação do EPI.			

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 58

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Querosene**			Grupo **Químico**		
Descrição			Produto utilizado no processo de limpeza.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde			Pode provocar irritação na pele com vermelhidão e ressecamento. Provoca irritação ocular grave com vermelhidão, lacrimejamento e dor. Pode provocar defeitos genéticos por ingestão. Pode provocar abortos espontâneos, defeitos congênitos e outros problemas de desenvolvimento. Pode provocar depressão do sistema nervoso central com tontura, sonolência, vertigem, dores de cabeça, falta de coordenação motora e perda de consciência. Pode provocar irritação no trato respiratório e gastrointestinal com tosse, dor de garganta, náuseas, sensação de queimação, dor abdominal e diarreia. Pode provocar danos ao sistema nervoso central com tremores, irritabilidade, perda de concentração e confusão mental por exposição repetida ou prolongada.		
Fontes ou circunstâncias			Querosene		
Prevenção e controle					
Medidas administrativas			Uso de EPI: Luva para proteção contra agentes químicos		
Exposição					
Critério			Qualitativo		
Perfil de exposição			Nome do produto: Querosene Fabricante: Da Ilha Comércio de Álcool Ltda CAS: 8008-20-6 Composição: Benzeno (Concentração máx. 0,05%), Hidrocarbonetos parafínicos (Concentração min 70%), Hidrocarbonetos aromáticos (Concentração máx. 20%), Hidrocarbonetos olefínicos (Concentração máx. 5%).		
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Irreversível Severo	**Frequência**	Moderado	**Nível de Risco**	Risco Médio
Ações necessárias			Recomenda-se treinamento adequado para manuseio de produtos químicos. Manter a disposição dos trabalhadores todas as FISPQ's de modo a facilitar as ações de primeiros socorros em caso de acidentes. Orientar periodicamente o colaborador quanto ao uso, guarda e conservação do EPI. Realizar a troca do EPI, conforme NR 06. Realizar avaliação quantitativa necessária para compor o LTCAT, comparar com o limite de tolerância.		

CÂMARA MUN. DE CUITANDINHA
Fls. 59

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Micro-organismos patogênicos**		Grupo **Biológico**			
Descrição		Exposição ao agente durante a limpeza de banheiros e retiradas dos lixos.			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		O contato com tais agentes pode causar, dermatites, alergias e micoses.			
Fontes ou circunstâncias		Limpeza de sanitários Retirada de lixo			
Prevenção e controle					
Medidas administrativas		Uso de EPI: Luva para proteção contra agentes químicos			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Severo	**Frequência**	Intenso	**Nível de Risco**	Risco Médio
Ações necessárias		Orientar os colaboradores periodicamente através de treinamentos e diálogos de segurança, quanto aos riscos da atividade a fim de conscientizar e tornar efetivo o uso do EPI, conforme NR 06. Implementar o uso de máscara e óculos, durante a limpeza de sanitários.			

CARACTERIZAÇÃO SOBRE: INSALUBRIDADE / APOSENTADORIA ESPECIAL

AGENTES NOCIVOS

Físico: RUÍDO
CONCLUSÃO: Considerando o tipo de exposição ao agente físico ruído, não é passível à concessão do pagamento do adicional de insalubridade e ao benefício de aposentadoria especial.

Físico: UMIDADE
CONCLUSÃO: Conforme ANEXO X da NR 15, o tipo de exposição ao agente físico umidade, não caracteriza operação insalubre, não sendo passível à concessão do pagamento do adicional de insalubridade e ao benefício de aposentadoria especial.

Químico: Querosene
CONCLUSÃO: Será necessária avaliação quantitativa do agente, para verificar se o limite de tolerância estabelecidos pela NR 15 / ACGIH, não foi ultrapassado para posterior análise de concessão do pagamento do adicional de insalubridade e ao benefício de aposentadoria especial.

Biológico: Micro-organismos patogênicos
CONCLUSÃO: Conforme ANEXO XIV da NR 15, a atividade desempenhada pelo colaborador (a), não caracteriza operação insalubre, não sendo passível à concessão do pagamento do adicional de insalubridade e ao benefício de aposentadoria especial.

CÂMARA MUNIC. DE QUITANDINHA
Fls. 00

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Declaro ser de minha responsabilidade técnica a elaboração e emissão do presente documento realizado para a empresa **CAMARA MUNICIPA DE QUITANDINHA** - CNPJ: 00.942.397/0001-30, emitido em 07/06/2023.

Curitiba, 07 de junho de 2023.

IASMIN CRISTINA SILVA:08186173900

Assinado de forma digital por IASMIN CRISTINA SILVA:08186173900
Dados: 2023.06.14 14:50:29 -03'00'

Iasmin Cristina Silva
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA - PR 195201/D

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
CNPJ: 00.942.397/0001-30

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 01

Emitido em **07/06/2023**

IB

SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO

PCMSO

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Vigência: 07/06/2023 – 06/06/2024
REV: 00

ÍNDICE

HISTÓRICO DE REVISÕES 3
INTRODUÇÃO 4
IDENTIFICAÇÃO 11
Setor: GERAL 11
ADVOGADO 11
AUXILIAR ADMINISTRATIVO 11
CONTADOR 12
TÉCNICO LEGISLATIVO 12
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA 12
DIRETOR ADMINISTRATIVO 13
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS 13
CHEFE DE GABINETE 13
ASSESSOR PARLAMENTAR 14
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 14
CONSIDERAÇÕES FINAIS 15
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES 16

CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
fls. 03

HISTÓRICO DE REVISÕES:
TE: Tipo de Emissão **A:** Envio para Análise e Validação **B:** Aprovação **C:** Devolução com Comentários

REVISÃO	TE	DESCRIÇÃO	POR	DATA
00	A – B	Confecção e Aprovação do documento	IB Soluções em SST	07/06/2023

CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
Fls. 64

INTRODUÇÃO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Capítulo V- Art. 154 até Art. 200. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO tem por finalidade atender as determinações legais da Norma Regulamentadora número 07(NR-7), Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08/06/78, alterada em 09/03/20 pela Portaria 6.734, que dá sua nova redação e está em vigor desde sua publicação no DOU em 10/03/20. Conforme transcrição de parte do texto da NR-7: "7.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização".

CAMPO DE APLICAÇÃO

7.2.1 Esta Norma se aplica às organizações e aos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como aos órgãos dos poderes legislativo e judiciário e ao Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

CÂMARA MUN. DE GUITARDINHA
Fls. 05

DIRETRIZES
7.3.1 O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR. 7.3.2 São diretrizes do PCMSO: a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho; b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais; c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas; d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização; e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais; f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde; g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente; h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social; i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais; j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional; k) subsidiar ações de readaptação profissional; l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde. 7.3.2.1 O PCMSO deve incluir ações de: a) vigilância passiva da saúde ocupacional, a partir de informações sobre a demanda espontânea de empregados que procurem serviços médicos; b) vigilância ativa da saúde ocupacional, por meio de exames médicos dirigidos que incluam, além dos exames previstos nesta NR, a coleta de dados sobre sinais e sintomas de agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais. 7.3.2.2 O PCMSO não deve ter caráter de seleção de pessoal.

CÂMARA MUN. DE GUARANDINHA
Fls. 66

RESPONSABILIDADES

7.4.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

PLANEJAMENTO

7.5.1 O PCMSO deve ser elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR.

7.5.2 Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

7.5.3 O PCMSO deve incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas, como definidas nesta Norma, considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança.

7.5.4 A organização deve garantir que o PCMSO:

a) descreva os possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR;
b) contenha planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados, atendendo ao determinado nos Anexos desta NR;
c) contenha os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos;
d) seja conhecido e atendido por todos os médicos que realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados;
e) inclua relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa, conforme o subitem 7.6.2 desta NR.

7.5.5 O médico responsável pelo PCMSO, caso observe inconsistências no inventário de riscos da organização, deve reavaliá-las em conjunto com os responsáveis pelo PGR.

7.5.6 O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

a) admissional;
b) periódico;
c) de retorno ao trabalho;
d) de mudança de riscos ocupacionais;
e) demissional.

7.5.7 Os exames médicos de que trata o subitem 7.5.6 compreendem exame clínico e exames complementares, realizados de acordo com as especificações desta e de outras NR.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 67

7.5.8 O exame clínico deve obedecer aos prazos e à seguinte periodicidade:

I - no exame admissional: ser realizado antes que o empregado assuma suas atividades;
II - no exame periódico: ser realizado de acordo com os seguintes intervalos:
a) para empregados expostos a riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR e para portadores de doenças crônicas que aumentem a susceptibilidade a tais riscos:

1. a cada ano ou a intervalos menores, a critério do médico responsável;
2. de acordo com a periodicidade especificada no Anexo IV desta Norma, relativo a empregados expostos a condições hiperbáricas;

b) para os demais empregados, o exame clínico deve ser realizado a cada dois anos.

7.5.9 No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

7.5.9.1 No exame de retorno ao trabalho, a avaliação médica deve definir a necessidade de retorno gradativo ao trabalho.

7.5.10 O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

7.5.11 No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

7.5.12 Os exames complementares laboratoriais previstos nesta NR devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/Anvisa n.º 302/2005, no que se refere aos procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte e análise, e interpretados com base nos critérios constantes nos Anexos desta Norma e são obrigatórios quando:

a) o levantamento preliminar do PGR indicar a necessidade de medidas de prevenção imediatas;
b) houver exposições ocupacionais acima dos níveis de ação determinados na NR-09 ou se a classificação de riscos do PGR indicar.

7.5.12.1 O momento da coleta das amostras biológicas deve seguir o determinado nos Quadros 1 e 2 do Anexo I desta NR.

7.5.12.2 Quando a organização realizar o armazenamento e o transporte das amostras, devem ser seguidos os procedimentos recomendados pelo laboratório contratado.

7.5.13 Os exames previstos nos Quadros 1 e 2 do Anexo I desta NR devem ser realizados a cada seis meses, podendo ser antecipados ou postergados por até 45 (quarenta e cinco) dias, a critério do médico responsável, mediante justificativa técnica, a fim de que os exames sejam realizados em situações mais representativas da exposição do empregado ao agente.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
Fls. 08

7.5.14 Para as atividades realizadas de forma sazonal, a periodicidade dos exames constantes nos Quadros 1 e 2 do Anexo I desta NR pode ser anual, desde que realizada em concomitância com o período da execução da atividade.

7.5.15 Os exames previstos no Quadro 1 do Anexo I desta NR não serão obrigatórios nos exames admissional, de retorno ao trabalho, de mudança de risco ocupacional e demissional.

7.5.16 Os empregados devem ser informados, durante o exame clínico, das razões da realização dos exames complementares previstos nesta NR e do significado dos resultados de tais exames.

7.5.17 No exame admissional, a critério do médico responsável, poderão ser aceitos exames complementares realizados nos 90 (noventa) dias anteriores, exceto quando definidos prazos diferentes nos Anexos desta NR.

7.5.18 Podem ser realizados outros exames complementares, a critério do médico responsável, desde que relacionados aos riscos ocupacionais classificados no PGR e tecnicamente justificados no PCMSO.

7.5.19 Para cada exame clínico ocupacional realizado, o médico emitirá Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, que deve ser comprovadamente disponibilizado ao empregado, devendo ser fornecido em meio físico quando solicitado.

7.5.19.1 O ASO deve conter no mínimo:

a) razão social e CNPJ ou CAEPF da organização;
b) nome completo do empregado, o número de seu CPF e sua função;
c) a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência;
d) indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o empregado;
e) definição de apto ou inapto para a função do empregado;
f) o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO, se houver;
g) data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.

7.5.19.2 A aptidão para trabalho em atividades específicas, quando assim definido em Normas Regulamentadoras e seus Anexos, deve ser consignada no ASO.

7.5.19.3 Quando forem realizados exames complementares sem que tenha ocorrido exame clínico, a organização emitirá recibo de entrega do resultado do exame, devendo o recibo ser fornecido ao empregado em meio físico, quando solicitado.

CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
Fls. 69

7.5.19.4 Sendo verificada a possibilidade de exposição excessiva a agentes listados no Quadro 1 do Anexo I desta NR, o médico do trabalho responsável pelo PCMSO deve informar o fato aos responsáveis pelo PGR para reavaliação dos riscos ocupacionais e das medidas de prevenção.

7.5.19.5 Constatada ocorrência ou agravamento de doença relacionada ao trabalho ou alteração que revele disfunção orgânica por meio dos exames complementares do Quadro 2 do Anexo I, dos demais Anexos desta NR ou dos exames complementares incluídos com base no subitem 7.5.18 da presente NR, caberá à organização, após informada pelo médico responsável pelo PCMSO:

a) emitir a Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT;
b) afastar o empregado da situação, ou do trabalho, quando necessário;
c) encaminhar o empregado à Previdência Social, quando houver afastamento do trabalho superior a 15 (quinze) dias, para avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária;
d) reavaliar os riscos ocupacionais e as medidas de prevenção pertinentes no PGR.

7.5.19.6 O empregado, em uma das situações previstas nos subitens 7.5.19.4 ou 7.5.19.5, deve ser submetido a exame clínico e informado sobre o significado dos exames alterados e condutas necessárias.

7.5.19.6.1 O médico responsável pelo PCMSO deve avaliar a necessidade de realização de exames médicos em outros empregados sujeitos às mesmas situações de trabalho.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls 10

DOCUMENTAÇÃO

7.6.1 Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

7.6.1.1 O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante nos Anexos desta NR.

7.6.1.2 Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

7.6.1.3 Podem ser utilizados prontuários médicos em meio eletrônico desde que atendidas as exigências do Conselho Federal de Medicina.

7.6.2 O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

a) o número de exames clínicos realizados;
b) o número e tipos de exames complementares realizados;
c) estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
d) incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
e) informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
f) análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

7.6.3 A organização deve garantir que o médico responsável pelo PCMSO considere, na elaboração do relatório analítico, os dados dos prontuários médicos a ele transferidos, se for o caso.

7.6.4 Caso o médico responsável pelo PCMSO não tenha recebido os prontuários médicos ou considere as informações insuficientes, deve informar o ocorrido no relatório analítico.

7.6.5 O relatório analítico deve ser apresentado e discutido com os responsáveis por segurança e saúde no trabalho da organização, incluindo a CIPA, quando existente, para que as medidas de prevenção necessárias sejam adotadas na organização.

7.6.6 As organizações de graus de risco 1 e 2 com até 25 (vinte e cinco) empregados e as organizações de graus de risco 3 e 4 com até 10 (dez) empregados podem elaborar relatório analítico apenas com as informações solicitadas nas alíneas "a" e "b" do subitem 7.6.2.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 71

Vigência do PCMSO	07/06/2023 a 06/06/2024

IDENTIFICAÇÃO			
Empresa CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA			
Endereço Eleuterio Fernandes de Andrade		Complemento	CNPJ 00.942.397/0001-30
CEP 83840-000	Cidade Quitandinha	Bairro Centro	UF PR
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração pública em geral	

Unidade: CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Setor: GERAL

Ambiente com piso cerâmico, estrutura em alvenaria, ventilação natural, lâmpadas frias

ADVOGADO

Descrição do cargo: Analisar e emitir pareceres jurídicos nos processos administrativos; elaborar projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, portarias e demais documentos jurídicos; prestar assessoramento jurídico amplo aos Vereadores, órgãos da Administração e Comissões da Câmara Municipal de Quitandinha; pesquisar, analisar e interpretar a legislação e jurisprudência; analisar e elaborar minutas de contrato, convênios, petições, e demais documentos de natureza jurídica; desempenhar outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Descrição do cargo: Desenvolver atividades administrativas de natureza simples e rotineira, como registros em formulários próprios, atendendo a servidores e ao público em geral; receber e protocolar correspondências e outros documentos; coleta de dados para análise da Administração; cotação de preços; organização de arquivos e fichas e execução de serviços de digitação; serviços de telefonia; serviços de recepção e protocolo; serviços de digitalização e arquivo; desempenhar atividades sob a orientação do Diretor Administrativo; desempenhar outras atividades correlatas na Secretaria de Administração.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

CÂMARA MUN. DE GUITANDINHA
12

CONTADOR

Descrição do cargo: Executar operações contábeis tais como: lançamento da despesa, conciliações, organização de relatórios; elaborar planos e programas de natureza contábil; elaborar balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas, apresentando resultados parciais e totais da situação patrimonial do órgão, examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificando documentos para certificar-se quanto à correção dos lançamentos; organizar relatórios contábeis referentes à situação global do órgão, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos, emissão de documentos dos recursos humanos, prestação de contas anual, desempenhar outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

TÉCNICO LEGISLATIVO

Descrição do cargo: Executar tarefas na área legislativa da Câmara Municipal como: redigir atas das sessões, atas de reuniões de comissão e demais documentos; organizar e atualizar arquivos; receber, classificar, numerar, encaminhar e escriturar em livros e fichas de controle, as proposições (requerimentos, projetos de lei, resolução e decreto legislativo) apresentadas pelos Vereadores; organizar e redigir a pauta das sessões; autuar os projetos de lei, resolução e decreto legislativo, realizando consultas aos cadastros sobre proposições da mesma natureza; controlar os prazos dos pedidos de informações, vetos, para promulgação e sanção da matéria aprovada e outros; prestar informações sobre a tramitação das proposições; controlar a frequência dos Vereadores; desempenhar outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA

Descrição do cargo: Assessorar diretamente o Presidente da Câmara nas questões jurídicas; elaborar parecer jurídico escrito ou verbal quando solicitado; elaborar projetos de lei ou de decretos de interesse do Presidente ou da Mesa Diretora; Orientar o Presidente quanto às demandas judiciais; compartilhar com o Advogado da Casa sobre questões jurídicas de interesse da Câmara, bem como na elaboração de peças judiciais e projetos de interesse do Legislativo; examinar e revisar processos administrativos de interesse da Presidência; pesquisar a jurisprudência, doutrina e analogia para a formação de arquivo jurídico, orientando quanto a sua organização; desempenhar outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

CÂMARA MUN. DE GUITAÚNHA
Fls. 73

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Descrição do cargo: Supervisionar, controlar, distribuir, fiscalizar as atividades da sua Diretoria; expedir ordens de serviços aos servidores sob sua administração; Encaminhar ofícios ou outras correspondências; propor a abertura de processos administrativos, inclusive de sindicância; coordenar os processos de licitações; acompanhar as auditorias; manter informada a Presidência quanto ao andamento dos trabalhos sob sua responsabilidade; receber e rever os processos e documentos a serem despachados pela Presidência; prestar as informações que lhe forem solicitadas pela Presidência, demais integrantes da Mesa Diretora e Vereadores; executar outras tarefas determinadas pelo Presidente da Câmara; supervisionar as atividades de protocolo, prestação de informações, tramitação de processos, expedientes e outros de interesse público; administrar a execução dos serviços básicos de reprografia, telefonia, fornecimento de água, energia elétrica e outros necessários ao funcionamento da Câmara; controlar e fiscalizar os serviços de limpeza, conservação e copa, executados por servidores da Câmara ou por empresas contratadas; supervisionar as atividades de recepção e informação ao público em geral; exercer outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS

Descrição do cargo: Executar operações contábeis tais como: lançamento da despesa, conciliações, organização de relatórios, pagamento de despesas; elaborar planos e programas de natureza contábil; elaborar balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas, apresentando resultados parciais e totais da situação patrimonial do órgão, examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificando documentos para certificar-se quanto à correção dos lançamentos; organizar relatórios contábeis referentes à situação global do órgão, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos, emissão de documentos dos recursos humanos, prestação de contas anual, desempenhar outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

CHEFE DE GABINETE

Descrição do cargo: Organizar todo o serviço do Gabinete, determinando e distribuindo as tarefas; organizar os documentos e arquivos da Presidência, providenciando a tramitação dos documentos pertinentes; organizar a agenda permanente das reuniões, representações e demais eventos relacionados ao Gabinete; preparar, receber e expedir a correspondência da Presidência; prestar assessoria administrativa, em geral, ao Presidente; providenciar, junto aos setores competentes, todo o material permanente e de consumo necessário ao funcionamento eficiente do Gabinete da Presidência; exercer outras atividades determinadas pelo Presidente.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

CÂMARA MUNICIPAL DE GUITARDINHA
Fls. 74

ASSESSOR PARLAMENTAR

Descrição do cargo: Coordenar as atividades do Gabinete dos Vereadores; realizar trabalhos de informática; responder e-mails e correspondências dos Vereadores; assessorar o Vereador nos assuntos cotidianos do parlamentar; responsabilizar por documentos oficiais e controle de arquivo dos gabinetes; promover pesquisas de interesse parlamentar; assessorar no registro e controle de notícias, eventos, e agendamentos da Autoridade; redigir projetos, indicações, requerimentos com redação parlamentar, discursos e outros pronunciamentos do Vereador; controlar o acesso de pessoas ao Gabinete do Vereador; coordenar e promover encontros com lideranças políticas; acompanhar o vereador nas reuniões com deputados e outras autoridades; representar o vereador perante às Secretarias Municipais, no tocante as indicações e requerimentos realizadas e demais serviços solicitados; assessorar o parlamentar nas reuniões ou sessões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas; operar e administrar diligentemente os serviços, móveis e equipamentos do Gabinete e da Câmara; realizar outras funções-meio necessárias ao desempenho de suas atribuições nos gabinetes dos vereadores.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído	Físico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Descrição do cargo: Executar serviços de limpeza e conservação dos bens materiais da Câmara Municipal; organizar as dependências da Câmara Municipal; realização de serviços de copa e cozinha; conferência de estoque; desempenhar outras funções correlatas.

Perigo / Fator de Risco	Grupo
Ruído, Umidade	Físico
Produtos de limpeza, Querosene	Químico
Micro-organismos patogênicos	Biológico
Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica	Ergonômicos

EXAMES	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISC. OCUP.	DEMISSÃO
Exame clinico	X		12 meses	X	X	X
Hemograma	X		12 meses	X	X	X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional - PCMSO - é composto por folhas numeradas mecanicamente, acrescidas da página de rosto, do índice, e se constitui em um documento técnico a ser interpretado de modo conjunto, complementar e interativo entre todos os seus elementos. A caracterização é válida enquanto as condições de trabalho permanecer como aquelas observadas e/ou informadas durante o levantamento, que ocorreu durante o mês de junho de 2023.

A responsabilidade técnica pela elaboração do presente documento é do Doutor **FREDERICO WICTHOFT CANTERGIANI**, o qual encontra-se registrado no Conselho de Medicina do Paraná sob nº **CRM/PR 25560**. O presente deverá ser interpretado de modo conjunto, complementar e interativo entre todos os elementos. A responsabilidade por implementação deste PCMSO é dos representantes legais da referida empresa, bem como as prevenções nele contidas.

FREDERICO WICTHOFT CANTERGIANI :00399109978

Assinado de forma digital por FREDERICO WICTHOFT CANTERGIANI:00399109978
Dados: 2023.06.14 13:09:23 -03'00'

Drº. Frederico Wicthoft Cartegiani
Responsável pelo PCMSO
CRM: 25560/PR
Médico do Trabalho

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
75

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 76

IB SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO

PCMSO
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Cronograma de Atividades

07/06/2023

Atividade	Dt. Início	Dt. Fim	Jun 23	Jul 23	Ago 23	Set 23	Out 23	Nov 23	Dez 23	Jan 24	Fev 24	Mar 24	Abr 24	Mai 24	Jun 24
Elaborar PCMSO conforme exigências da NR 07 do MTE.	07/06/2023	06/06/2024													
Divulgar PCMSO ao efetivo	07/06/2023	06/06/2024													
Indicar reforço vacinal (Antitetânica) para todos os colaboradores.	07/06/2023	06/06/2024													
Indicar outras vacinas, se necessário, conforme exposição a risco ocupacional, função ou epidemias.	07/06/2023	06/06/2024													
Manter atualizados os exames ocupacionais	07/06/2023	06/06/2024													
Promover o controle das doenças ocupacionais.	07/06/2023	06/06/2024													
Promover treinamento de temas relacionados a saúde e prevenção como alcoolismo, tabagismo, DST e AIDS	07/06/2023	06/06/2024													
Apresentar Relatório Analítico do PCMSO ao efetivo	07/06/2023	06/06/2024													
Solicitar renovação do PCMSO.		06/06/2024													

Emitido em 07/06/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 11

IB

SOLUÇÕES EM SEGURANÇA
DO TRABALHO

PGR

Programa de Gerenciamento de Riscos
Inventário de Riscos e Plano de ação

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Vigência: 07/06/2023 a 06/06/2025
REV: 00

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 78

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

00.942.397/0001-30

Av. Eleuterio Fernandes de Andrade – Centro – Quitandinha – PR
83840-000

8411-6/00 – Administração pública em geral
Grau de Risco 1

CÂMARA MUN. DE GUITÂNDINHA
Fls. 79

Índice

HISTÓRICO DE REVISÕES 4
METODOLOGIA DO PROGRAMA 4
INVENTÁRIO DE RISCOS 14
Setor: GERAL 16
Cargo: ADVOGADO 16
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO 16
Cargo: CONTADOR 16
Cargo: TÉCNICO LEGISLATIVO 16
Cargo: ASSESOR JURÍDICO DA PRESIDENCIA 16
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO 16
Cargo: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS 17
Cargo: CHEFE DE GABINETE 17
Cargo: ASSESSOR PARLAMENTAR 17
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 19
CONCLUSÕES 22
ENCERRAMENTO 23
PLANO DE AÇÃO 24

CÂMARA MUN. DE GUITÂNDINHA
Fls. 80

HISTÓRICO DE REVISÕES:
TE: Tipo de Emissão **A:** Envio para Análise e Validação **B:** Aprovação **C:** Devolução com Comentários

REVISÃO	TE	DESCRIÇÃO	POR	DATA
00	A – B	Confecção e Aprovação do documento	IB Soluções em SST	07/06/2023

METODOLOGIA DO PROGRAMA
INTRODUÇÃO:
Este Documento foi elaborado de acordo com as diretrizes da NR 1, Portaria SEPRT nº 6.730, de 9 de março de 2020, DOU 12/03/2020. O GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais deve constituir o PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho e faz parte de um conjunto de medidas mais amplas contidas nas demais normas regulamentadoras, o qual se articula, principalmente, com a NR 07, PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Este Documento contém o Inventário Geral dos Riscos relacionados às atividades existentes na empresa, compreendendo todas as categorias de riscos à segurança e saúde dos trabalhadores e constitui um dos documentos básicos do Programa de Gestão de Riscos, no que diz respeito ao reconhecimento e avaliação de riscos relacionados a agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. Atende às exigências da Norma Regulamentadora 09, no que diz respeito ao reconhecimento e avaliação de riscos relacionados a agentes químicos, físicos e biológicos. Atende as exigências da Norma Regulamentadora 17 - Ergonomia, indicando situações nas quais se faz necessário a realização de Análise Ergonômica do Trabalho complementares. Os dados constantes neste documento servem de base para a elaboração do Plano de Ação Anual de Segurança e Saúde do Trabalho, que contempla as ações de controle a serem mantidas, implementadas ou melhoradas, assim como as atividades de monitoramento das exposições. Os riscos identificados para cada grupo de trabalhadores expostos irão subsidiar a elaboração ou reformulação do PCMSO.

OBJETIVOS:
Os objetivos deste Inventário Geral de Riscos são:
• Caracterizar exposições a todas as condições perigosas e aos agentes potencialmente nocivos - químicos, físicos, biológicos e outros fatores estressores que constituem cargas de trabalho física e mental significativas.
• Caracterizar a intensidade e a variação temporal das exposições para todos os trabalhadores - próprios e de contratadas que atuem em atividades dentro dos limites da empresa
• Avalia os riscos potenciais à segurança e saúde de todos os trabalhadores.
• Priorizar e recomendar ações para controlar exposições que representem riscos inaceitáveis e intoleráveis.
• Registrar as avaliações ambientais realizadas na empresa.
• Comunicar os resultados do processo de levantamento de perigos e avaliação de riscos para todos os trabalhadores envolvidos.
• Manter o registro histórico das exposições para todos os trabalhadores de forma que problemas futuros de saúde possam ser analisados e gerenciados com base em informações reais de exposição.

ESTRATÉGIA E METODOLOGIA:
Este Programa abrangerá os riscos identificados no ambiente de trabalho da empresa, conforme estabelecido na NR 1 da Portaria 3214/78. O processo se inicia com a caracterização básica de cada unidade - processo e ambiente de trabalho, força de trabalho e agentes ambientais e estressores. Esses dados servem de base para definir os grupos homogêneos de exposição (GHE) e atividades não rotineiras ou de empresas contratadas, para os quais os riscos serão reconhecidos e avaliados.

TERMOS E DEFINIÇÕES:
• **Risco Ambiental ou ocupacional:** Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
• **Agentes físicos: Agente físico:** Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.

• **Agente químico:** Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.

• **Agente biológico:** Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.

• **Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil):** A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.

• **Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA):** A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.

• **Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA):** A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto-salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.

• **Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIHEUA):** Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.

• **IDLH:** Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).

• **Mobilidade:** Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.

• **Nível de Ação:** Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.

CÂMARA MUN. DE GUIRÂNDIBA
Fls. 82

• **Grupos Similares de Exposição - GSE:**
Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.

• **NR-15:** Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
• **ACGIH:** American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
• **NIOSH:** National Institute for Occupational Safety and Health.
• **AIHA:** American Industrial Hygiene Association.
• **ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.
• **OSHA:** Occupational Safety and Health Administration.

ESTRATÉGIA E METODOLOGIA:
O presente programa foi elaborado com base na ANTECIPAÇÃO, RECONHECIMENTO e AVALIAÇÃO dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no INVENTÁRIO DE RISCOS deste PGR. O controle desses riscos ambientais foi inserido para GERENCIAMENTO DOS RISCOS OCUPACIONAIS na planilha de ação, também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos. Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da Empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA. A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:
• Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a condição de exposição dos funcionários;
• Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
• Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
• A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
• Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados "Critérios Técnicos" adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS DADOS
Revisões do desenvolvimento do PGR:
O PGR deve ser alterado / revisado sempre que houver alguma alteração nas instalações da Unidade ou dentro da periodicidade máxima de 1 (um) ano, cabendo ao setor de Setor de Segurança do Trabalho realizar inclusões / atualizações, se entender pertinente. Registro O histórico das atualizações do PGR deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica - NR-1.5.7.3.3.1. O Documento Base deve ser apresentado à CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes durante uma de suas reuniões, devendo sua cópia ser anexada ao livro de atas desta comissão. O registro de dados deve estar sempre disponível para os trabalhadores interessados ou seus representantes e para as autoridades competentes.

Divulgação:
Os dados registrados estarão disponíveis aos empregados e interessados através de disponibilização de cópia, a qual deve ter uma folha para registro de conhecimento e ser rubricada pelos empregados e interessados, que tomaram conhecimento. A divulgação dos dados pode ser feita de diversas maneiras, entretanto, as mais comuns são:
• Treinamentos específicos;
• Reuniões setoriais;
• Reuniões de CIPA;
• Boletins e jornais internos;
• Programa de integração de novos empregados;
• Palestras avulsas.

CÂMARA MUN. DE GUITÂNDINHA
Fls. 83

ANTECIPAÇÃO, RECONHECIMENTO AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS:

Antecipação:

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

Reconhecimento dos Riscos Ambientais:

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

Avaliação dos Riscos Ambientais:

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3. A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

Matriz de Risco do PGR:

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco e Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Gravidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:

Probabilidade (P):

A gradação da probabilidade da ocorrência do dano (efeito crítico) é feita atribuindo-se um índice de probabilidade (P) variando de 1 a 4, cujo significado está relacionado no quadro a seguir.

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 84

CRITÉRIOS ADOTADOS:

"P" Índice de Probabilidade	Perfil de Exposição Qualitativo	Perfil de Exposição Quantitativo	Fator de Proteção
1	Exposição baixa: contato não frequente com o agente ou frequente a baixíssimas concentrações/intensidades.	Exposição inferior 10% do Limite de Exposição Ocupacional.	As medidas de controle existentes são adequadas, eficientes e há garantias de que sejam mantidas em longo prazo.
2	Exposição moderada: contato frequente com o agente a baixas concentrações/intensidades ou contato não frequente a altas concentrações/intensidades.	Exposição estimada entre 10% e 50% do Limite de Exposição Ocupacional.	As medidas de controle existentes são adequadas e eficientes, mas não há garantias de que sejam mantidas em longo prazo.
3	Exposição significativa ou importante: contato frequente com o agente a altas concentrações/intensidades	Exposição estimada entre 50% e 100% do Limite de Exposição Ocupacional.	As medidas de controle existentes são adequadas mas apresentando desvios ou problemas significativos. A eficiência é duvidosa e não há garantias de manutenção adequada.
4	Exposição excessiva: contato frequente com o agente a concentrações/intensidades elevadíssimas	Exposição estimada acima do Limite de Exposição Ocupacional.	Medidas de controle inexistentes ou as medidas existentes são reconhecidamente inadequadas.

Gravidade (G):
Para a gradação da gravidade do dano potencial (efeito crítico) atribui-se um índice de gravidade (G) variando de 1 a 4 conforme os critérios genéricos relacionados na Tabela abaixo.

CRITÉRIOS ADOTADOS:

"G" Índice de Gravidade do Dano	Critério Utilizado (Genérico)	Exemplos
1	Lesão ou doença leve, com efeitos reversíveis levemente prejudiciais.	Ferimentos leves, irritações leves. Que não implique em afastamento não superior a 15 dias etc.
2	Lesão ou doença séria, com efeitos reversíveis severos e prejudiciais	Irritações sérias, pneumoconiose não fibrogênica, lesão reversível que implique em afastamento superior a 15 dias etc.
3	Lesão ou doença crítica, com efeitos irreversíveis severos e prejudiciais que podem limitar a capacidade funcional.	PAIR, danos ao sistema nervoso central (SNC), lesões com sequelas que impliquem em afastamentos de longa duração ou em limitações da capacidade funcional.
4	Lesão ou doença incapacitante ou fatal.	Perda de membros ou órgãos que incapacitem definitivamente para o trabalho, lesões múltiplas que resultem em morte, doenças progressivas potencialmente fatais tais como pneumoconise fibrogênica, câncer etc.

CÂMARA MUN. DE GUITAÚBINHA
85

CRITÉRIO ADOTADO:

Avaliação do Risco

Estimar e definir a categoria de cada risco, a partir da combinação dos valores atribuídos para probabilidade (P) e gravidade (G) do dano, utilizando a matriz abaixo que define a categoria de risco resultante dessa combinação.

1	Reversível Leve	Risco Irrelevante	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Médio
2	Reversível Severo	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto
3	Irreversível Severo	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Alto
4	Fatal ou Incapacitante	Risco Médio	Risco Alto	Risco Alto	Risco Crítico
		Baixo	Moderado	Intenso	Excessivo
		1	2	3	4

AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DOS RISCOS AMBIENTAIS

Objetivos e Critérios

Os objetivos das determinações quantitativas é o de dimensionar a exposição dos trabalhadores e subsidiar o equacionamento das medidas de controle. Estas avaliações devem ser planejadas conforme cronograma e critérios estabelecidos do PGR, segundo os critérios:

- Para a determinação das avaliações quantitativas das exposições dos GSE, deverão ser consideradas as atividades que apresentem Grau de Exposição ao risco Alto e Muito Alto. A não existência destes graus implica na determinação de graus considerados Moderados, Baixo e Muito Baixo, com o objetivo de obter dados estatísticos e subsidiar a necessidade de avaliações futuras.
- Serão priorizadas as atividades onde existe contato direto com os agentes mais agressivos, e que possuem Limite de Exposição Ocupacional para curta duração (STEL), Valor Teto (VT) e dos agentes que estão presentes em altas concentrações sem que haja controles eficazes de exposição. A avaliação deverá considerar as seguintes atividades:
- Definir e planejar a estratégia de quantificação dos riscos, com base nos dados e informações coletadas anteriormente relativas às atividades e frequências, se existirem.
- A quantificação da concentração ou intensidade deve ser feita com equipamentos e instrumentos calibrados e compatíveis aos riscos identificados e utilizando técnicas e metodologias validadas e reconhecidas.

Critérios para amostragem dos Agentes Químicos

Os métodos para coleta de amostras e determinação analítica dos agentes químicos, sempre que possível, devem ser baseadas nas NHO's da Fundacentro, NIOSH ou OSHA. O número de amostragens deve ser representativo e que permita um tratamento estatístico dos valores. Critérios para amostragem do Agente Físico (Ruído) A dose e o nível de pressão sonora deverão ser obtidos através de utilização de dosímetro de ruído e medidor de pressão sonora, adotando-se: O colaborador portador do dosímetro de ruído deverá ser conscientizado quanto ao não desvio de sua rotina de trabalho para que não haja alterações no resultado real da exposição. Os valores encontrados deverão estar em conformidade com os limites de tolerância estabelecidos e o tempo de exposição dos trabalhadores.

PGR - 10 Critérios para amostragem do Agente Físico (Vibração)

Deverão ser obtidas informações técnicas e administrativas relacionadas aos veículos, às máquinas e aos equipamentos, às operações e demais parâmetros (ambientais, de processos de trabalho etc.) envolvidos nas condições de trabalho avaliadas. Tais informações serão coletadas através de observações de campo, necessárias para a identificação dos grupos de exposição similar e para a caracterização da exposição dos trabalhadores com base no critério utilizado.

CÂMARA MUN. DE GUITÂNDIA
Fls. 86

Os sistemas de medição devem ser compostos basicamente de medidores integradores e de transdutores (incluindo acelerômetros de assento) do tipo triaxial. Esses transdutores serão posicionados nos pontos de medição. Para fins de elaboração do PGR, respeitando-se o contido no item 9.6.1.1. da NR-9, uma vez que não há limites estabelecidos no anexo nº 8 da NR-15, tampouco pela norma ISO 5349, a solução é a utilização dos limites da ACGIH.

Interpretação dos Resultados:

• Para qualquer agente de risco, cujo monitoramento seja realizado com mais de 1 amostra, caso os resultados obtidos apresentem um desvio padrão elevado, recomenda-se nova avaliação quantitativa, com maior número de amostragens, e realização de tratamento estatístico por meio de "Média Ponderada". O resultado do tratamento estatístico será considerado como "representativo" do risco de exposição para o respectivo GSE.

• Caso o resultado da Avaliação Quantitativa mais recente confirme o resultado obtido na matriz de Análise Qualitativa do ano vigente, permanece como válida a priorização definida na Planilhas de Avaliação Qualitativa do presente documento.

• Caso o resultado da Avaliação Quantitativa mais recente seja diferente do resultado obtido na matriz de Análise Qualitativa do ano vigente, permanece como válido o resultado obtido nos Monitoramentos Ambientais realizados (resultado real).

• O resultado das avaliações quantitativas devem ser inseridos no inventário de riscos do PGR

Medidas de Controle

As Medidas de Controle devem ser adotadas para a eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais sempre que forem verificadas uma ou mais das seguintes situações:

• Identificação, na fase de antecipação, de um risco potencial à saúde;

• Constatação, na fase de reconhecimento de risco evidente à saúde;

• Quando os resultados das avaliações quantitativas da exposição dos trabalhadores excederem os valores dos limites previstos na norma de referência;

• Quando, através do controle médico da saúde, ficar caracterizado o nexo entre danos observados na saúde e a situação de trabalho. Neste caso, as medidas de controle devem ser discutidas pelas áreas de engenharia, segurança e serviço médico e incorporadas ao Plano Anual de Atividades;

• Quando os valores de exposição apresentar resultados acima dos Níveis de Ação, as medidas de controle devem ser sistemáticas de forma a reduzir as exposições.

Níveis de Ação

• Agentes químicos: metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, NIOSH, OSHA, ou acordos coletivos).

• Vibração: O nível de ação para a avaliação da exposição ocupacional diária à vibração em mãos e braços corresponde a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de 2,5 m/s². O limite de exposição ocupacional diária à vibração em mãos e braços corresponde a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de 5 m/s².

• Ruído: a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6. As medidas de controle devem ser, sempre que possíveis, medidas de engenharia e não depender de instrução, disciplina ou vontade do colaborador. Sempre que possível, as medidas de controle de caráter coletivo devem ser priorizadas obedecendo a seguinte hierarquia:

• Medidas que eliminam ou reduzam a utilização ou a formação de agentes prejudiciais à saúde;

• Medidas que previnam a liberação ou disseminação desses agentes no ambiente de trabalho;

• Medidas que reduzam os níveis ou a concentração desses agentes no ambiente de trabalho. PGR - 11

Seguem exemplos de algumas medidas de controle:

• Substituição do agente agressivo;

• Mudança ou alteração do processo ou operação;

• Enclausuramento da fonte; • Segregação do processo ou operação;

• Modificação de projetos;

• Limitação do tempo de exposição;

• Utilização de equipamento de proteção individual. Caso medidas de controle coletivo não possam ser implementadas de imediato por motivos técnicos ou financeiros, uma justificativa deve ser registrada no Plano Anual de Atividades e medidas de contingenciamento devem ser estudadas. Neste caso o uso de Equipamento de Proteção Individual pode ser adotado desde que a seleção do EPI seja tecnicamente adequada ao risco a que o colaborador está exposto e a atividade exercida.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUITARRINHA
87

Treinamentos sobre as Medidas de Controle Todos os colaboradores devem receber treinamentos sobre as Medidas de Controle adotadas e ações preventivas quanto a riscos potenciais que possam ser evidenciados.
Os treinamentos devem ser devidamente registrados. Eficácia das Medidas de Controle Critérios e mecanismos de avaliação da eficácia das Medidas de Controle devem ser estabelecidos podendo contemplar:

RESPONSABILIDADES

A reavaliação deste PGR é de responsabilidade da Empresa, que se compromete dar continuidade ao programa supracitado, implementando e assegurando o cumprimento das medidas de controle que se fizerem necessárias, de acordo com o cronograma de ações estabelecido, bem como seu monitoramento contínuo. A Empresa promoverá uma análise global deste PGR, anualmente ou sempre que necessário, mesmo porque a NR01 não cita a validade deste PGR, para reavaliação de seu desenvolvimento e a realização dos ajustes, estabelecendo novas metas e prioridades.

Empregador

• Assumir responsabilidade no que se refere às medidas técnicas e operacionais, que devem ser implantadas para atender as exigências registradas no presente documento (PGR) constantes na NR-01;
• Esclarecer que os resultados obtidos no presente levantamento e as recomendações citadas neste documento implicam parecer essencialmente técnicos e científicos das condições de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, constatados durante a avaliação de cada cargo/local de trabalho na ocasião em que exerciam suas atividades laborais. Vice-Presidência e Diretoria
• Estabelecer, implementar e assegurar recursos para o cumprimento do PGR conforme preconiza a legislação. Coordenador Geral do PGR
• Coordenar a implantação e desenvolvimento do PGR;
• Rever informações sobre o controle do programa;
• Delegar responsabilidade e autoridade;
• Elaborar os orçamentos anuais do Programa, alocando recursos financeiros necessários à execução do Relatório Anual de Atividades. Supervisores e Líderes
• Supervisionar os trabalhadores para assegurar que os procedimentos corretos de trabalho estão sendo observados;
• Assegurar que os equipamentos e máquinas estão em perfeito estado de funcionamento;
• Garantir a ordem e limpeza de seu setor/área de trabalho;
• Comunicar informações sobre os riscos ambientais e procedimentos de controle adotados;
• Consultar os trabalhadores sobre questões de segurança e saúde e orientá-los quando necessário;
• Manter a área de Segurança Industrial informada das questões de segurança e saúde do seu setor/área;
• Colaborar com a CIPA na investigação de acidentes ou doenças e na adoção de medidas preventivas. PGR - 12 Segurança do Trabalho
• Assessorar a empresa no desenvolvimento e implantação do PGR;
• Realizar anualmente junto com a administração da Empresa e a CIPA com seus membros a reavaliação do PGR; • Manter registros de toda documentação relativa ao programa;
• Assegurar que todos os trabalhadores recebam treinamento adequado para as funções que desempenham ou venham a desempenhar relativos ao escopo do PGR presentes no inventário de riscos;
• Manter a integridade dos equipamentos de Segurança e Higiene Ocupacional no que se refere à manutenção, calibração e guarda;
• Prever e manter disponíveis os recursos financeiros para a execução das atividades deste programa, seja por recursos próprios ou de terceiros;
• Divulgar os dados e resultados relativos ao programa. Empregados
• Colaborar e participar na implantação do PGR, como agentes de melhoria, com permanente vigilância as Condições de Segurança e Saúde nos Ambientes de Trabalho;
• Seguir as orientações recebidas nos treinamentos previstos no PGR;
• Cumprir as Normas de Segurança e Saúde Ocupacional, visando seu bem-estar físico e mental;
• Comunicar o responsável imediato, todas as ocorrências de condições inseguras encontradas, que possam implicar riscos à saúde;
• Cooperar com a CIPA na prevenção de acidentes;
• Utilizar obrigatoriamente o Equipamento de Proteção Individual - EPI, onde sinalizado e quando julgar necessário;

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 88

• Estar ciente sobre a impiementação do PGR e os resultados das avaliações;
• Participar do processo de identificação de situações de risco e proposição de medidas de controle através do diálogo contínuo com seus Líderes, Área de Segurança/Higiene e membros da CIPA;
• Participar da etapa de reconhecimento de riscos quanto a priorização de ações, através do Mapa de Riscos, elaborado pela CIPA;
• Estar ciente dos riscos relacionados com suas atividades, através das integrações e durante os treinamentos recebidos, bem como através de orientações de seus Líderes e atualizações periódicas do PGR. CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
• Acompanhar e avaliar o desempenho deste programa;
• Zelar pelo cumprimento das medidas preventivas e corretivas;
• Manter uma cópia atualizada do Relatório Anual de Atividades no livro Ata;
• Estar ciente das informações contidas no PGR para desenvolver o Mapa de Risco da Empresa e demais atividades prelecionistas que a legislação (NR - 5) determina.

Vice-Presidência e Diretoria
• Estabelecer, implementar e assegurar recursos para o cumprimento do PGR conforme preconiza a legislação. Coordenador Geral do PGR
• Coordenar a implantação e desenvolvimento do PGR;
• Rever informações sobre o controle do programa;
• Delegar responsabilidade e autoridade;
• Elaborar os orçamentos anuais do Programa, alocando recursos financeiros necessários à execução do Relatório Anual de Atividades.

Supervisores e Líderes
• Supervisionar os trabalhadores para assegurar que os procedimentos corretos de trabalho estão sendo observados;
• Assegurar que os equipamentos e máquinas estão em perfeito estado de funcionamento;
• Garantir a ordem e limpeza de seu setor/área de trabalho;
• Comunicar informações sobre os riscos ambientais e procedimentos de controle adotados;
• Consultar os trabalhadores sobre questões de segurança e saúde e orientá-los quando necessário;
• Manter a área de Segurança Industrial informada das questões de segurança e saúde do seu setor/área;
• Colaborar com a CIPA na investigação de acidentes ou doenças e na adoção de medidas preventivas. PGR – 12

Segurança do Trabalho
• Assessorar a empresa no desenvolvimento e implantação do PGR;
• Realizar anualmente junto com a administração da Empresa e a CIPA com seus membros a reavaliação do PGR;
• Manter registros de toda documentação relativa ao programa;
• Assegurar que todos os trabalhadores recebam treinamento adequado para as funções que desempenham ou venham a desempenhar relativos ao escopo do PGR presentes no inventário de riscos;
• Manter a integridade dos equipamentos de Segurança e Higiene Ocupacional no que se refere à manutenção, calibração e guarda;
• Prever e manter disponíveis os recursos financeiros para a execução das atividades deste programa, seja por recursos próprios ou de terceiros;
• Divulgar os dados e resultados relativos ao programa.

Empregados
• Colaborar e participar na implantação do PGR, como agentes de melhoria, com permanente vigilância as Condições de Segurança e Saúde nos Ambientes de Trabalho;
• Seguir as orientações recebidas nos treinamentos previstos no PGR;
• Cumprir as Normas de Segurança e Saúde Ocupacional, visando seu bem-estar físico e mental;
• Comunicar o responsável imediato, todas as ocorrências de condições inseguras encontradas, que possam implicar riscos à saúde;
• Cooperar com a CIPA na prevenção de acidentes;
• Utilizar obrigatoriamente o Equipamento de Proteção Individual - EPI, onde sinalizado e quando julgar necessário;
• Estar ciente sobre a implementação do PGR e os resultados das avaliações;

CÂMARA MUN. DE GUARANDINHA
Fls. 89

• Participar do processo de identificação de situações de risco e proposição de medidas de controle através do diálogo contínuo com seus Líderes, Área de Segurança/Higiene e membros da CIPA;
• Participar da etapa de reconhecimento de riscos quanto a priorização de ações, através do Mapa de Riscos, elaborado pela CIPA;
• Estar ciente dos riscos relacionados com suas atividades, através das integrações e durante os treinamentos recebidos, bem como através de orientações de seus Líderes e atualizações periódicas do PGR.

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
• Acompanhar e avaliar o desempenho deste programa;
• Zelar pelo cumprimento das medidas preventivas e corretivas;
• Manter uma cópia atualizada do Relatório Anual de Atividades no livro Ata;
• Estar ciente das informações contidas no PGR para desenvolver o Mapa de Risco da Empresa e demais atividades prevencionistas que a legislação (NR - 5) determina.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 90

Inventário de Riscos

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 91

UNIDADE

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

00.942.397/0001-30

Endereço
Avenida Eleuterio Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Quitandinha

CNAE
8411-6/00 – Administração pública em geral

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Setor	Cargo	Quantidade
GERAL	ADVOGADO	1
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
	CONTADOR	1
	TÉCNICO LEGISLATIVO	1
	ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA	1
	DIRETOR ADMINISTRATIVO	1
	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS	1
	CHEFE DE GABINETE	1
	ASSESSOR PARLAMENTAR	2
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 92

SETOR

GERAL

Ambiente com piso cerâmico, estrutura em alvenaria, lâmpadas frias, ar-condicionado.

CARGO

ADVOGADO

Analisar e emitir pareceres jurídicos nos processos administrativos; elaborar projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, portarias e demais documentos jurídicos; prestar assessoramento jurídico amplo aos Vereadores, órgãos da Administração e Comissões da Câmara Municipal de Quitandinha; pesquisar, analisar e interpretar a legislação e jurisprudência; analisar e elaborar minutas de contrato, convênios, petições, e demais documentos de natureza jurídica; desempenhar outras atividades correlatas

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ADVOGADO**

CARGO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Desenvolver atividades administrativas de natureza simples e rotineira, como registros em formulários próprios, atendendo a servidores e ao público em geral; receber e protocolar correspondências e outros documentos; coleta de dados para análise da Administração; cotação de preços; organização de arquivos e fichas e execução de serviços de digitação; serviços de telefonia; serviços de recepção e protocolo; serviços de digitalização e arquivo; desempenhar atividades sob a orientação do Diretor Administrativo; desempenhar outras atividades correlatas na Secretaria de Administração.

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

CARGO

CONTADOR

Executar operações contábeis tais como: lançamento da despesa, conciliações, organização de relatórios; elaborar planos e programas de natureza contábil; elaborar balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas, apresentando resultados parciais e totais da situação patrimonial do órgão, examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificando documentos para certificar-se quanto à correção dos lançamentos; organizar relatórios contábeis referentes à situação global do órgão, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos, emissão de documentos dos recursos humanos, prestação de contas anual, desempenhar outras atividades correlatas.

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo CONTADOR**

CARGO

TÉCNICO LEGISLATIVO

Executar tarefas na área legislativa da Câmara Municipal como: redigir atas das sessões, atas de reuniões de comissão e demais documentos; organizar e atualizar arquivos; receber, classificar, numerar, encaminhar e escriturar em livros e fichas de controle, as proposições (requerimentos, projetos de lei, resolução e decreto legislativo) apresentadas pelos Vereadores; organizar e redigir a pauta das sessões; autuar os projetos de lei, resolução e decreto legislativo, realizando consultas aos cadastros sobre proposições da mesma natureza; controlar os prazos dos pedidos de informações, vetos, para promulgação e sanção da matéria aprovada e outros; prestar informações sobre a tramitação das proposições; controlar a frequência dos Vereadores; desempenhar outras atividades correlatas.

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo TÉCNICO LEGISLATIVO**

CARGO

ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA

Assessorar diretamente o Presidente da Câmara nas questões jurídicas; elaborar parecer jurídico escrito ou verbal quando solicitado; elaborar projetos de lei ou de decretos de interesse do Presidente ou da Mesa Diretora; Orientar o Presidente quanto às demandas judiciais; compartilhar com o Advogado da Casa sobre questões jurídicas de interesse da Câmara, bem como na elaboração de peças judiciais e projetos de interesse do Legislativo; examinar e revisar processos administrativos de interesse da Presidência; pesquisar a jurisprudência, doutrina e analogia para a formação de arquivo jurídico, orientando quanto a sua organização; desempenhar outras atividades correlatas.

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA**

CARGO

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Supervisionar, controlar, distribuir, fiscalizar as atividades da sua Diretoria; expedir ordens de serviços aos servidores sob sua administração; Encaminhar ofícios ou outras correspondências; propor a abertura de processos administrativos, inclusive de sindicância; coordenar os processos de licitações; acompanhar as auditorias; manter informada a Presidência quanto ao andamento dos trabalhos sob sua responsabilidade; receber e rever os processos e documentos a serem despachados pela Presidência; prestar as informações que lhe forem solicitadas pela Presidência, demais integrantes da Mesa Diretora e Vereadores; executar outras tarefas determinadas pelo Presidente da Câmara; supervisionar as atividades de protocolo, prestação de informações, tramitação de processos, expedientes e outros de interesse público; administrar a execução dos serviços básicos de reprografia, telefonia, fornecimento de água, energia elétrica e outros necessários ao funcionamento da Câmara; controlar e fiscalizar os serviços de limpeza, conservação e copa, executados por servidores da Câmara ou por empresas contratadas; supervisionar as atividades de recepção e informação ao público em geral; exercer outras atividades correlatas.

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo DIRETOR ADMINISTRATIVO**

CARGO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS

Executar operações contábeis tais como: lançamento da despesa, conciliações, organização de relatórios, pagamento de despesas; elaborar planos e programas de natureza contábil; elaborar balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas, apresentando resultados parciais e totais da situação patrimonial do órgão, examinar o fluxo de caixa durante o exercício considerado, verificando documentos para certificar-se quanto à correção dos lançamentos; organizar relatórios contábeis referentes à situação global do órgão, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos, emissão de documentos dos recursos humanos, prestação de contas anual, desempenhar outras atividades correlatas.

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS**

CARGO

CHEFE DE GABINETE

Organizar todo o serviço do Gabinete, determinando e distribuindo as tarefas; organizar os documentos e arquivos da Presidência, providenciando a tramitação dos documentos pertinentes; organizar a agenda permanente das reuniões, representações e demais eventos relacionados ao Gabinete; preparar, receber e expedir a correspondência da Presidência; prestar assessoria administrativa, em geral, ao Presidente; providenciar, junto aos setores competentes, todo o material permanente e de consumo necessário ao funcionamento eficiente do Gabinete da Presidência; exercer outras atividades determinadas pelo Presidente.

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo CHEFE DE GABINETE**

CARGO

ASSESSOR PARLAMENTAR

Coordenar as atividades do Gabinete dos Vereadores; realizar trabalhos de informática, responder e-mails e correspondências dos Vereadores; assessorar o Vereador nos assuntos cotidianos do parlamentar; responsabilizar por documentos oficiais e controle de arquivo dos gabinetes; promover pesquisas de interesse parlamentar; assessorar no registro e controle de notícias, eventos, e agendamentos da Autoridade; redigir projetos, indicações, requerimentos com redação parlamentar, discursos e outros pronunciamentos do Vereador; controlar o acesso de pessoas ao Gabinete do Vereador; coordenar e promover encontros com lideranças políticas; acompanhar o vereador nas reuniões com deputados e outras autoridades; representar o vereador perante às Secretarias Municipais, no tocante as indicações e requerimentos realizadas e demais serviços solicitados; assessorar o parlamentar nas reuniões ou sessões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas; operar e administrar diligentemente os serviços, móveis e equipamentos do Gabinete e da Câmara; realizar outras funções-meio necessárias ao desempenho de suas atribuições nos gabinetes dos vereadores;

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ASSESSOR PARLAMENTAR**

CÂMARA MUN. DE GUITAÚNDINHA
Fls. 94

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Ruído**		Grupo **Físico**			
Descrição		Exposição a ruído ambiente			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Stress e dores de cabeça.			
Fontes ou circunstâncias		Ruído de fundo / Conversação			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Severo	**Frequência**	Baixo	**Nível de Risco**	Risco Irrelevante
Ações necessárias		Manter o monitoramento do ambiente			

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica**		Grupo **Ergonômico**			
Descrição		Colaborador (a) permanece grande parte da jornada sentado, realizando atividades de caráter administrativo.			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Dor no pescoço, dor na lombar, dor nos braços ou antebraço, dor nas mãos, dor nas pernas, sensação de cansaço e desconforto.			
Fontes ou circunstâncias		Postura sentada por longo período Uso frequente de computador			
Prevenção e controle					
Medidas administrativas		Mobiliário com regulagem de altura			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Irreversível Severo	**Frequência**	Baixo	**Nível de Risco**	Risco leve
Ações necessárias		Implementar pausas para descanso, evitando sobrecarga muscular. Realizar análise ergonômica, conforme NR 17.			

CARGO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Executar serviços de limpeza e conservação dos bens materiais da Câmara Municipal; organizar as dependências da Câmara Municipal; realização de serviços de copa e cozinha; conferência de estoque; desempenhar outras funções correlatas.

CÂMARA MUN. DE QUITANINHA
Fls. 95

Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Ruído**		Grupo **Físico**			
Descrição		Exposição a ruído ambiente			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Stress e dores de cabeça.			
Fontes ou circunstâncias		Ruído de fundo / conversação			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Severo	**Frequência**	Baixo	**Nível de Risco**	Risco Irrelevante
Ações necessárias		Manter o monitoramento do ambiente			

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Umidade**		Grupo **Físico**			
Descrição		Umidade proveniente do uso frequente de água para limpeza dos ambientes			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Pode causar doença do aparelho respiratório; doenças de pele.			
Fontes ou circunstâncias		Uso frequente de água Atividades de limpeza			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Leve	**Frequência**	Moderado	**Nível de Risco**	Risco Baixo
Ações necessárias		Manter o uso de EPIS, conforme NR 06: bota de pvc, luva nitrílica. Orientar periodicamente o colaborador quanto ao uso, guarda e conservação do EPI.			

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 96

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Postural/Sobrecarga Estática-Dinâmica**		Grupo **Ergonômico**			
Descrição		Colaborador permanece durante toda jornada em pé e/ou em posturas inadequadas, proveniente de atividades relacionadas ao cargo.			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Dor no pescoço, dor na lombar, dor nos braços ou antebraço, dor nas mãos, dor nas pernas, sensação de cansaço e desconforto.			
Fontes ou circunstâncias		Postura de pé por longo período Frequente deslocamento durante a jornada de trabalho Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes			
Prevenção e controle					
Medidas administrativas		Não evidenciado			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Irreversível Severo	**Frequência**	Moderado	**Nível de Risco**	Risco Médio
Ações necessárias		Implementar pausas para descanso, evitando sobrecarga muscular.			

Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Produtos de limpeza**		Grupo **Químico**			
Descrição		Uso de produto domissanitário para higienização dos ambientes.			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Dermatite de contato			
Fontes ou circunstâncias		Produtos domissanitários			
Prevenção e controle					
Medidas administrativas		Uso de EPI: Luva para proteção contra agentes químicos			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Severo	**Frequência**	Intenso	**Nível de Risco**	Risco Médio
Ações necessárias		Recomenda-se treinamento adequado para manuseio de produtos químicos. Manter a disposição dos trabalhadores todas as FISPQ's de modo a facilitar as ações de primeiros socorros em caso de acidentes. Orientar periodicamente o colaborador quanto ao uso, guarda e conservação do EPI. Realizar a troca do EPI, conforme NR 06.			

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 97

Identificação					
Perigo/Fator de Risco Querosene		Grupo **Químico**			
Descrição		Produto utilizado no processo de limpeza.			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		Pode provocar irritação na pele com vermelhidão e ressecamento. Provoca irritação ocular grave com vermelhidão, lacrimejamento e dor. Pode provocar defeitos genéticos por ingestão. Pode provocar abortos espontâneos, defeitos congênitos e outros problemas de desenvolvimento. Pode provocar depressão do sistema nervoso central com tontura, sonolência, vertigem, dores de cabeça, falta de coordenação motora e perda de consciência. Pode provocar irritação no trato respiratório e gastrointestinal com tosse, dor de garganta, náuseas, sensação de queimação, dor abdominal e diarreia. Pode provocar danos ao sistema nervoso central com tremores, irritabilidade, perda de concentração e confusão mental por exposição repetida ou prolongada.			
Fontes ou circunstâncias		Querosene			
Prevenção e controle					
Medidas administrativas		Uso de EPI: Luva para proteção contra agentes químicos			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Perfil de exposição		Nome do produto: Querosene Fabricante: Da Ilha Comércio de Álcool Ltda CAS: 8008-20-6 Composição: Benzeno (Concentração máx. 0,05%), Hidrocarbonetos parafínicos (Concentração min 70%), Hidrocarbonetos aromáticos (Concentração máx. 20%), Hidrocarbonetos olefínicos (Concentração máx. 5%).			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Irreversível Severo	**Frequência**	Moderado	**Nível de Risco**	Risco Médio
Ações necessárias		Recomenda-se treinamento adequado para manuseio de produtos químicos. Manter a disposição dos trabalhadores todas as FISPQ's de modo a facilitar as ações de primeiros socorros em caso de acidentes. Orientar periodicamente o colaborador quanto ao uso, guarda e conservação do EPI. Realizar a troca do EPI, conforme NR 06. Realizar avaliação quantitativa necessária para compor o LTCAT, comparar com o limite de tolerância.			
Identificação					
Perigo/Fator de Risco **Micro-organismos patogênicos**		Grupo **Biológico**			
Descrição		Exposição ao agente durante a limpeza de banheiros e retiradas dos lixos.			
Possíveis lesões ou agravos a saúde		O contato com tais agentes pode causar, dermatites, alergias e micoses.			
Fontes ou circunstâncias		Limpeza de sanitários Retirada de lixo			
Prevenção e controle					
Medidas administrativas		Uso de EPI: Luva para proteção contra agentes químicos			
Exposição					
Critério		Qualitativo			
Avaliação de risco					
Classificação de Efeito	Reversível Severo	**Frequência**	Intenso	**Nível de Risco**	Risco Médio
Ações necessárias		Orientar os colaboradores periodicamente através de treinamentos e diálogos de segurança, quanto aos riscos da atividade a fim de conscientizar e tornar efetivo o uso do EPI, conforme NR 06. Implementar o uso de máscara e óculos, durante a limpeza de sanitários.			

Conclusão

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 98

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os propósitos de uma avaliação de exposição a agentes de risco ambientais devem cumprir no mínimo os seguintes objetivos:

• Determinar os agentes de risco potenciais à saúde a que estão sujeitos os empregados, avaliando e diferenciando entre exposições aceitáveis e inaceitáveis e implementando medidas de controle quando exposições inaceitáveis são identificadas.

• Estabelecer e documentar os níveis de exposição de todos os empregados, ficando assim definido um ponto de partida que servirá como guia para cada nova avaliação de exposição, permitindo verificar sua tendência ao longo do tempo. Estes registros são também de vital importância para estudos futuros de epidemiologia.

• Assegurar e demonstrar conformidade das exposições com padrões governamentais ou outros mais restritivos.

No sentido de alcançar estes objetivos, a EMPRESA deve prosseguir com seus programas de controle das exposições, introduzindo melhorias através das seguintes diretrizes:

Medidas de Controle de Engenharia (Coletivos)

• Efetuar estudos de engenharia para tratamento acústico em equipamentos ruidosos das áreas Produtivas e de Utilidades.

• Realizar estudo de engenharia quanto proteção contra quedas nos pontos dos Telhados. PGR - 13 Procedimentos de Trabalho e Controles Administrativos Estas recomendações referem-se ao controle de exposição baseado em ações específicas do empregador e empregado, relativo à execução dos trabalhos, não incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

• Assegurar e incentivar os funcionários a adotarem as seguintes posturas de trabalho, para reduzir as exposições:

• Observar, informar e corrigir imediatamente vazamentos visíveis de agentes químicos.

• Evitar a permanência de recipientes abertos (baldes de drenagem de pontos de amostragem, etc), com produtos nas áreas industriais.

• Quando trabalhando próximo a fontes conhecidas de emissão posicionar-se, sempre que possível, a montante da fonte, de costas para a origem do vento.

• Minimizar o tempo de execução ou permanência junto de atividades com alto potencial de risco de exposição (agentes químicos e físicos).

• Maximizar a distância, quando estiver observando atividades com alto potencial de risco de exposição (agentes químicos e físicos).

• Movimentar-se por ruas ou passagens onde as exposições a agentes químicos ou físicos sejam de menor concentração ou intensidade.

• Reavaliar anualmente o PGR, conforme exigência legal prevista na NR-1.5, para avaliação do seu desenvolvimento, ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades.

• Solicitar dos fornecedores as Fichas de Informação de Segurança das Matérias Primas e outros produtos manipulados dentro das instalações, contendo a composição, propriedades físico-químicas, efeitos à saúde, limites de tolerância, primeiros socorros, etc. e divulgar estas informações aos empregados.

Treinamentos

Prover treinamento sobre os seguintes aspectos:

• Saúde/Higiene Ocupacional: PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos; Resultados das Avaliações Quantitativas de Exposição aos Agentes de Risco, aspectos toxicológicos dos agentes, efeitos à saúde, primeiros socorros;

• Segurança Industrial: utilização de EPIs, Ficha de Segurança dos Produtos, melhores práticas de trabalho.

Monitoramento

Para uma efetiva demonstração e confirmação quanto aos Graus de Risco de Exposição dos GSEs aos agentes de risco, a (NOME DA EMPRESA) deverá continuar com sua estratégia de avaliação quantitativa para os agentes de risco priorizados, conforme Programa de Monitoramento e Controle Ambiental de Agentes Químicos e Ruído.

Equipamentos de Proteção Individual

Onde os Procedimentos de Trabalho não forem suficientes para reduzir completamente a exposição a níveis aceitáveis, a (NOME DA EMPRESA) deve adotar como último recurso a utilização de Equipamentos de Proteção Individual.

• Diante dos novos resultados das avaliações quantitativas de exposição aos agentes químicos reavaliar o Programa de Proteção Respiratória.

• Diante dos novos resultados das avaliações quantitativas de exposição ao ruído reavaliar Programa de Conservação Auditiva.

ENCERRAMENTO

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 99

ENCERRAMENTO
O presente PGR é composto por folhas numeradas mecanicamente, acrescidas da página de rosto, do índice, e se constitui em um documento técnico a ser interpretado de modo conjunto, complementar e interativo entre todos os seus elementos. A caracterização é válida enquanto as condições de trabalho permanecer como aquelas observadas e/ou informadas durante o levantamento, que ocorreu durante o mês de junho de 2023. A responsabilidade técnica pela elaboração do presente documento é da Engenheira de Segurança do Trabalho Iasmin Cristina Silva, devidamente registrado (a) no CREA PR sob o nº 195201/D e restringe-se exclusivamente as avaliações e recomendações realizadas pelo mesmo, ficando sob inteira responsabilidade desta empresa, a implantação, implementação e acompanhamento das medidas aqui propostas. A habilitação do responsável técnico para executar tal tarefa está explícita na Constituição Federal, no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais, Artigo 5º item XIII; no Artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; na Lei nº. 6.514 de 22 de dezembro de 1.977; na Lei nº. 7.410 de 27 de novembro de 1985; na Portaria nº. 3.214 de 08 de junho de 1.978 em sua Norma Regulamentadora NR - 15 item 15.4.1.1 e na resolução nº. 359 de 31 de julho de 1991 do Conselho federal de Engenharia e Agronomia. O preenchimento e acompanhamento dos itens do cronograma de atividades e de total responsabilidade desta empresa.

IASMIN CRISTINA SILVA:08186173900

Assinado de forma digital por IASMIN CRISTINA SILVA:08186173900
Dados: 2023.06.13 14:40:52 -03'00'

Responsável Técnico: Iasmin Cristina Silva
CPF: 081.861.739-00
CREA - PR 195201/D
Engenheira de Segurança do Trabalho

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 100

Plano de Ação

CÂMARA MUN. DE QUITANDINHA
Fls. 101

UNIDADE

CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

00.942.397/0001-30

Atividade		Ano											
Ordem de Serviço - NR 1.7		2023											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Implementar durante novas admissões a entrega e orientações da ordem de serviço com data e assinatura dos funcionários, incluindo riscos inerentes às atividades de cada um e uso de equipamentos de proteção individual de acordo a função exercida.													
Responsável	**Situação**	2024											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	2025											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Treinamento Designado de CIPA		2023											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realizar treinamento sobre prevenção de acidentes do trabalho para funcionário designado da CIPA, conforme NR 5.4.13.													
Responsável	**Situação**	2024											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	2025											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Extintores		2023											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Revisar os extintores devendo estar lacrados, com a pressão adequada e possuir selo de conformidade concedida por órgão credenciado pelo Sistema Brasileiro de Certificação (Inmetro). Manter os extintores dentro do prazo de validade e com o teste hidrostático em dia, conforme NPT - 021 (Normas de Procedimentos Técnicos do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná).													
Responsável	**Situação**	2024											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	2025											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 1005

Análise ergonômica do posto de trabalho - AET		**2023**											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realizar Análise Ergonômica do Posto de Trabalho, conforme NR 17.													
Responsável	**Situação**	**2024**											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	**2025**											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Manutenção e limpeza de climatização		**2023**											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realizar a manutenção e limpeza periódica em todo o sistema de climatização (aparelhos, filtros, dutos, ventiladores e água), de acordo a Portaria 3523/GM de 28/08/98.													
Responsável	**Situação**	**2024**											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	**2025**											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Treinamento - Manuseio de Produtos Químicos		**2023**											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Recomenda-se treinamento periódico para manuseio de produtos químicos. Manter a disposição dos trabalhadores todas as FISPQ's de modo a facilitar as ações de primeiros socorros em caso de acidentes.													
Responsável	**Situação**	**2024**											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	**2025**											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
103

EPI		2023											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Implementar e tornar efetivo o uso dos EPIS, para o cargo de auxiliar de serviços gerais: Luva para proteção contra agentes químicos, bota de pvc, calçado de segurança, óculos, máscara.													
Responsável	**Situação**	2024											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	2025											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Avaliações Quantitativa - Químico		2023											
Riscos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Realizar avaliação quantitativa do agente químico benzeno, necessária para compor o Laudo de Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT.													
Responsável	**Situação**	2024											
Setor administrativo	Pendente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Contexto	**Prioridade**												
CAMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA	Média	2025											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

SECRETARIA DE FINANÇAS

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e

Número da NFS-e: 25

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Fls. 101

Emissão	14/06/2023 15:48:44	Competência	06/2023	Código de Verificação	361116902
Número/Data RPS	-	NFS-e Substituida	-	Local da Prestação	SAO JOSE DOS PINHAIS - PR

Dados do Prestador de Serviços

Nome / Razão Social	IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA				
Nome Fantasia	IB SOLUCOES EM SEGURANCA DO TRABALHO				
CPF/CNPJ	49.242.187/0001-29	Inscrição Municipal	23100054	Município	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
Endereço e CEP	RUA Prefeito João Nester,343 - Cidade Jardim - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR - 83.035-160				
Complemento	APT 9;	Telefone	41 91926400	E-mail	iasmin.seg@gmail.com

Dados do Tomador de Serviços

Nome / Razão Social	QUITANDINHA CAMARA MUNICIPAL				
CPF/CNPJ	00.942.397/0001-30	Inscrição Municipal		Município	QUITANDINHA - PR
Endereço e CEP	AV. ELEUTERIO FERNANDES DE ANDRADE,639 - CENTRO - QUITANDINHA - PR - 83840-000				
Complemento		Telefone	0	E-mail	

Discriminação dos Serviços

SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

Código do Serviço / Atividade

7.01 / 7112-0/00-01 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Tributos Federais

PIS	0,00	COFINS	0,00	IR (R$)	0,00	INSS (R$)	0,00	CSLL (R$)	0,00

Detalhamento de valores - Prestador dos Serviços		Outras Retenções	Cálculo do ISSQN devido no Município	
Valor dos Serviços	750,00	Natureza Operação	Valor dos Serviços	750,00
(-) Descontos Incondicionados	0,00	Tributação no Municipio	(-) Deduções permitidas em lei	0,00
(-) Desconto condicionado	0,00	Regime Especial Tributação	(-) Desconto Incondicionado	0,00
(-) Retenções Federais	0,00	Nenhum	Base de Cálculo	750,00
(-) Outras Retenções	0,00	Opção Simples Nacional	(x) Alíquota %	2,00
(-) ISS Retido	0,00	Não	ISS a Reter	NÃO
(=) Valor Líquido R$	750,00	Incentivador Cultural	(=) Valor do ISS R$	15,00
		Não		

Avisos

1 - Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador dos Serviços.

2 - A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site: https://nfe.sjp.pr.gov.br/servicos/webnfse/ , com a utilização do Código de Verificação.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

Fls. 109

CONTROLE INTERNO

PARECER Nº 24/2023

ASSUNTO: Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho

Chega a esta controladoria o processo administrativo nº019/2023 que tem como finalidade contratação de empresa especializada em saúde e segurança do trabalho, pois, conforme justificativa apresentada pelo Diretor de Contabilidade e Recursos Humanos, devido à quarta fase de implantação do E-SOCIAL do Governo Federal, é necessário enviar os dados de saúde e segurança no trabalho desta Câmara que serão atestados por esta empresa por meio de laudos.

Observa-se que no processo está o parecer jurídico que atesta a legalidade e orienta que pode ser realizada a contratação da empresa especializada em saúde e segurança no trabalho por meio de dispensa de licitação, consoante à legislação vigente, uma vez que o valor global da aquisição está dentro do limite legal. Por outro lado, também está anexo ao processo o parecer contábil que atesta a existência de dotação orçamentária, bem como a disponibilidade de recursos para realizar esta contratação.

Ao analisar o processo verifica-se que foram solicitadas cotações de quatro empresas e verifica-se também que foi realizada a pesquisa no site Painel de Preços do Ministério da Economia, constatando que os valores estão condizentes com os praticados no mercado. Além disso, as cotações obtidas foram classificadas e examinadas pela Comissão Permanente de Licitação que, considerando o critério do menor valor por item, concluiu que a empresa IASMIN CRISTINA SILVA SERVICOS DE ENGENHARIA, inscrita sob o CNPJ 49.242.187/0001-29, apresentou proposta de menor, totalizando R$750,00 para realizar as verificações necessárias e emitir os laudos que devem ser fornecidos ao E-SOCIAL. É também importante ressaltar que estão anexas ao processo as certidões que atestam a regularidade fiscal da empresa nas esferas municipal, estadual e federal, bem como a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a inexistência de débitos trabalhistas, o que demonstra que ela pode realizar contratações com a administração pública.

Constata-se, ainda, que a contratação foi realizada com a empresa que ofertou menor valor e que o contrato foi assinado, bem como que a empresa fez as verificações necessárias e emitiu os laudos que devem ser fornecidos ao E-SOCIAL para comprovar as condições de saúde e segurança do trabalho na sede da Câmara Municipal. Desta forma, como não foram constatadas irregularidades no processo, o parecer do controle interno é favorável.

Quitandinha, 29 de junho de 2023.

Eduardo Karpinski

Eduardo Karpinski

Controle Interno